



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA – UNILAB
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS**

**A AUTONOMIA FINANCEIRA E ABERTURA DO MERCADO ECONÔMICO PARA
AS MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA CIDADE
DE REDENÇÃO/CE.**

REDENÇÃO

2015

TATIANA DE LIMA SOUSA

A Autonomia Financeira e Abertura do Mercado Econômico para as
Mulheres Beneficiárias do Programa Bolsa Família na Cidade de
Redenção/CE.

Trabalho de conclusão de curso
Bacharelado em Humanidades
apresentado ao Instituto de
Humanidades e Letras da
Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira, para obtenção do título
Bacharel em Humanidades, sob
orientação da professora doutora
Vera Rodrigues.

Redenção

2015

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Diretoria do Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade - BSCL
Catalogação na fonte**

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

S716a Sousa, Tatiana de Lima.

A Autonomia Financeira e Abertura do Mercado Econômico para as Mulheres Beneficiárias do Programa Bolsa Família na Cidade de Redenção/CE. / Tatiana de Lima Sousa. Redenção, 2015.

87 f. ; 30 cm.

Monografia do curso do Bacharelado em Humanidades do Instituto de Humanidade e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Vera Regina Rodrigues da Silva.
Inclui Referências.

1. Programa Bolsa Família (Brasil) 2. Programa de sustentação de renda. 3. Brasil – Política Social.
I. Título. II. Sousa, Tatiana de Lima.

CDD 352.50981

TATIANA DE LIMA SOUSA

A AUTONOMIA FINANCEIRA E ABERTURA DO MERCADO ECONÔMICO PARA
AS MULHERES BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA CIDADE
DE REDENÇÃO/CE.

Trabalho de conclusão de curso
Bacharelado em Humanidades
apresentado ao Instituto de
Humanidades e Letras da
Universidade da Integração
Internacional da Lusofonia Afro-
Brasileira, para obtenção do título
Bacharel em Humanidades, sob
orientação da professora doutora
Vera Rodrigues.

BANCA EXAMINADORA

Vera Rodrigues (orientadora)

Jacqueline Britto Pólvara

Sebastião André Alves de Lima Filho

DEDICATÓRIA

Dedico esta vitória a minha mãe Hosana, que muito sofreu com a minha partida. Esta foi uma forma encontrada por mim para agradecer por todos os sacrifícios que fizestes pela nossa família e por ter tão bem nos criado. Eu te amo mãe! Busquei na senhora força e inspiração, para hoje chegar até aqui. Muito obrigada por tudo minha rainha!

Dedico também a todas beneficiárias do Programa Bolsa Família, mulheres guerreiras que aceitaram colaborar com o Projeto de Pesquisa “E agora falamos nós, mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na cidade de Redenção/Ce”, realizado na Linha de Pesquisa “Identidades e Políticas Públicas do Grupo de Pesquisa Oritá”. O projeto teve o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Ministério do Desenvolvimento Social, edital nº 24/2013, a qual faço parte, e de onde nasceu a inspiração desta monografia. A história de vocês é a história da minha família. Obrigada!

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus pelo dom da vida e pela família que me deu, pois não poderia jamais ter nascido em outro lar. Pela minha sabedoria e por todas as oportunidades que eu tive até agora.

Agradecer também a minha família, em nome de meus pais Hosana e Jonas por estarem ao meu lado em todos os momentos, pois sem eles eu não teria chegado até aqui. Aos meus irmãos e irmãs, Fredson, Edson, Edvan, Edivar, Elizangela e Elizeuda, em especial minha irmã Edna, aquela que sempre me ajudou financeiramente, e ao meu padrinho e cunhado Francisco Antônio.

Ao meu namorado Mateus Ribeiro, pela paciência, incentivo e atenção por todas as vezes que esteve disposto a ouvir cada modificação feita nesta monografia e me ajudado sempre que pôde.

Obrigada as minhas amigas e amigos, que de alguma forma me incentivaram a nunca desistir e que me apoiaram nos meus momentos de angústias. A todos os meus professores do Ensino Fundamental ao Médio, que muito contribuíram para a minha chegada ao nível superior. Ao professor Doutor Sérgio Moura, por ter se disponibilizado em me ajudar no abstract.

Não poderia jamais deixar de agradecer a minha orientadora, pela dedicação, paciência e colaboração deste trabalho. À professora doutora Vera Rodrigues o meu muito obrigado, a senhora vem proporcionando voos que não sabemos até onde podem chegar!

Obrigada também a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, foi uma honra muito grande fazer parte da sua história. Obrigada pelo excelente corpo docente, pelos servidores, pelos auxiliares de limpeza, enfim, obrigada por existir e por mudar a vida de muitos jovens tanto do Maciço quanto de regiões vizinhas.

E por fim, queria agradecer a cidade de Redenção por ter me acolhido tão bem, em especial a família Delfino, em nome de Maria do Carmo (vozinha), que sempre me acolheu tão bem em sua residência. Encontrei em sua família todo o apoio que eu precisei, muito obrigada! Já me sinto uma cidadã redencionista.

“Se o povo não conhece a própria história está condenado a repeti-la”.

- Ernesto Guevara de la Serna

RESUMO

A monografia “A Autonomia Financeira e Abertura do Mercado Econômico para as Mulheres Beneficiárias do Programa Bolsa Família na Cidade de Redenção/CE” propõe uma análise sobre as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família do Governo Federal no município de Redenção no Estado do Ceará. A pergunta que a move se resume em: até que ponto o benefício do programa trouxe uma possível autonomia financeira para estas beneficiárias, e quem além das mesmas conseguiu notar estas plausíveis mudanças, como por exemplo os comerciantes locais, demonstradas nas relações de consumo, não se restringindo somente ao aspecto financeiro, como também uma autonomia do corpo e da mente. Uma outra pergunta em foco, é como o Programa está atuando no combate à fome e pobreza, no caso dessas mulheres. Esta pesquisa se deu através de entrevistas com as beneficiárias do Programa realizadas pelo Projeto de Pesquisa “E agora falamos nós: mulheres beneficiárias do Bolsa Família - Redenção/CE” a qual sou bolsista voluntária e entrevistas realizadas pela autora com os comerciantes locais.

Palavras chave: Fome. Pobreza. Gênero. Políticas Públicas. Consumo.

ABSTRACT

The research “The Financial Autonomy and Economic Marketing Opening for the Women Receivers of the Bolsa Família Grant in the City of Redenção/CE” aims an analysis about the women who were granted with the regular income of the Program Bolsa Família of the Federal Government at the municipality of Redenção in the Brazilian state of Ceará. The issue that moved this monograph is the following: until where the Program benefits brought a possible autonomy in behalf of the receivers and who else got to notice those tangible changes, as for instance, the local traders, and if that fact was demonstrated in the consumerism. Moreover, the issue was not noticed only in the financial aspect but in the autonomy of body and mind. Another question in focus, is how the program is operating in action hunger and poverty, in the case of these women. The methodology for collecting data was the use of interviews made in other research project named “And now we speak: women benefitted with Bolsa Família grants – Redenção/CE” in which I am a volunteer participant as well as interviews made by me with local traders.

Keywords: Hunger. Poverty. Gender. Public Politics. Consumerism.

LISTAS DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BF: Bolsa Família

BSM: Brasil Sem Miséria

CRAM: Centros de Referência de Atendimento à Mulher

CRAS: Centros de Referência de Assistência Social

CREAS: Centros de Referência Especializados de Assistência Social

CRM: Centro de Referência da Mulher

DST: Doenças Sexualmente Transmissíveis

FRENATRAD: Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDA: Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

OIT: Organização Internacional do Trabalho

ONG: Organização Não Governamental

ONU: Organização das Nações Unidas

PBF: Programa Bolsa Família

PNAD: Programa Nacional por Amostra de Domicílio

PNAS: Política Nacional de Assistência Social

PNATER: Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNPM: Plano Nacional de Políticas para as Mulheres

PRONATER: Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

SERASA: Serviço de Consulta a Pendências e Protestos

SPM: Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.

Sumário

INTRODUÇÃO	12
1. SOCIEDADE E EXCLUSÃO SOCIAL	16
1.1 “Já passei por muita precisão”: uma análise sobre pobreza e fome	19
1.2 Sociedade do consumo: a nova roupagem escravista	26
1.3 Pão nosso de cada dia: a luta diária do mundo capitalista	32
2. DESIGUALDADES DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS	39
2.1 Não vou mais lavar os pratos e nem pilotar fogão	43
2.2 Enfrentando as desigualdades de gêneros: políticas Públicas no Brasil.....	49
3. AUTONOMIA E EMPREENDEDORISMO FEMININO EM REDENÇÃO/CE	58
3.1 “E agora falamos nós: mulheres beneficiárias do Bolsa Família - Redenção/CE”	61
3.2 As entrevistas: um olhar de dentro da realidade	66
3.3 As mudanças ocorridas nas vidas destas mulheres (conquistas, autonomia e relatos de mudanças ocorridas após o BF).....	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	79
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	81
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO COM AS BENEFICIÁRIAS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA	84
APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS COMERCIANTES LOCAIS.....	87

INTRODUÇÃO

A escolha do tema desta monografia se deu a partir do conhecimento da abertura de vagas para ser bolsista do Projeto de Pesquisa “E agora falamos nós: mulheres beneficiárias do Bolsa Família - Redenção/CE”¹, no qual fui bolsista voluntária. A proposta me interessava muito, afinal minha família vivenciou/vivencia as mudanças ocasionadas pelo Programa Bolsa Família.

Assim, esta monografia propõe uma análise sobre as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família do Governo Federal no município de Redenção/CE. O foco é a possível construção de uma autonomia financeira, por meio da gestão da renda propiciada pelo benefício, demonstradas nas relações de consumo entre essas e os comerciantes locais.

Durante muito tempo, a renda familiar sempre esteve ligada diretamente ao pai de família. A mulher, tida apenas como mãe e dona de casa, não podia gerenciar o dinheiro que entrava em sua residência. Esta mulher, que muitas vezes não podia trabalhar, pois não tinha com quem deixar seus filhos, ainda por cima tinha diversas obrigações para cumprir, como fazer almoço para o marido, arrumar a casa, lavar, passar, cozinhar, cuidar das crianças, cada vez mais distanciando-a de poder ganhar o seu próprio dinheiro.

Desde outubro de 2003, com a criação do Programa Bolsa Família, as realidades destas mulheres mudaram. Com o objetivo de erradicar a pobreza do país, o programa pode ter colaborado para a independência financeira destas mulheres, deixando-as livres para comprarem o que desejam com aquele dinheiro, desde roupa à comida.

Mas antes de adentrarmos aos objetivos do programa e tentar descobrir se ocorreram mudanças ou não, buscaremos abarcar o porquê da criação deste programa, a quem ele pretende atender, buscando compreender primeiramente o fator determinante o qual o projeto tenta erradicar, que são a fome e pobreza, e quem elas atingem.

¹ Projeto de Pesquisa “E agora falamos nós: mulheres beneficiárias do Bolsa Família - Redenção/CE”, coordenado pela Prof^a Dr^a Vera Rodrigues, e financiado pelo Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome por meio do Edital n° 24/2013 CNPQ/MDS.

A fome e a pobreza não significam apenas a falta de alimentação, moradia e renda, mas segundo Salama e Destremau (2001, p. 113-114) “as condições de existência não se limitam unicamente aos aspectos materiais ou individuais (alimentação, renda) e incluem as relações sociais, o acesso ao trabalho, aos cuidados, etc.”. Todos nós seres humanos temos direito a dignidade, a uma vida sem fome, sede e miséria. O desejo de uma melhor escola para seus filhos, melhores professores, universidades públicas de qualidade, trabalho assalariado e capacitações, vem crescendo a cada dia devido à alta concorrência do mundo capitalista por condições melhores de vida.

Mesmo cogitando que o Programa Bolsa Família (PBF), não é e nem será suficiente para acabar com a miséria, o programa já conseguiu mudar um pouco a vida de muitos brasileiros, como apontam os dados do balanço de uma década do programa. Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), mais 22 milhões de pessoas superaram a extrema pobreza desde o lançamento dos programas de políticas públicas ofertadas pelo governo, como o Brasil Sem Miséria (BSM), Brasil Carinhoso e o Bolsa Família (BF), e se hoje não existisse o BF, mais de 36 milhões de brasileiros estariam na extrema pobreza, como mostra os estudos realizados pelo MDS. Comparando os dados, podemos notar que o índice de pobreza no país diminuiu em virtude de alguns fatores que contribuíram para que esta realidade mudasse, e posteriormente abordarei em detalhes quais os aspectos em que o programa Bolsa Família contribuiu para estas mudanças, pois foram mais de 14 milhões de beneficiários a sair desta situação de vulnerabilidade somente com o PBF. Sabemos também que, para o Brasil crescer, estas famílias necessitam querer quebrar este ciclo, não ficando estagnadas e conformadas com o valor que recebem. Estas famílias têm que aproveitar todas as oportunidades que o governo oferece, como a oferta de outros programas, que ajudará a se qualificarem e receberem futuramente um melhor salário.

Então vem à mente a pergunta: por que o dinheiro nas mãos das mulheres ao invés das mãos dos homens? De acordo com Rego e Pinzani (2013, p. 192) “a clássica resposta sobre essa questão é a de que elas são melhores gestoras da economia doméstica e de que seus maridos normalmente são incapazes de fazer compras adequadas às necessidades familiares ou gastariam o dinheiro em bebidas”. Ou seja, porque as mulheres sabem o que está faltando dentro de casa, conhecem

as necessidades da família, sabem o que os filhos precisam, economizam para este dinheiro durar o mês todo. Em alguns casos, os homens, principalmente em famílias carentes, fazem o inverso, saem do trabalho, passam em um boteco, gastam seu dinheiro, não levam nada pra dentro de casa e ainda chegam abusando a sua mulher e os filhos, muitas vezes chegando a agredi-los.

O estudo “A Autonomia Financeira e Abertura do Mercado Econômico para as Mulheres Beneficiárias do Programa Bolsa Família na Cidade de Redenção/CE” pretende analisar se houve mudanças significativas, e quem além das beneficiárias conseguiu senti-las, como por exemplo, os comerciantes da região. Buscaremos analisar se o número de consumidoras mulheres subiu em relação há anos anterior de criação do programa e em quais estabelecimentos, como por exemplo, de bens alimentícios ou em bens de consumo como eletrodomésticos, já que estas mulheres recebem uma quantia determinada pela sua necessidade mensalmente, dando autonomia para comprarem a prazo.

O problema da pesquisa que pretendo responder através da conexão entre o referencial teórico e o trabalho de campo é este: até que ponto o programa Bolsa Família dá autonomia financeira a mulher e como reflete na economia local? Esse questionamento surge do fato de que, mais de 93% das famílias beneficiárias, as titulares, são mulheres, segundo o MDS. Já há algum tempo a mulher está cada vez mais ganhando espaço na sociedade, seja através de melhores cargos no mercado de trabalho, aumento de salários e como chefes de famílias. A sociedade não as vê mais como apenas um símbolo de fragilidade, mais como guerreiras em busca de uma realidade melhor, sempre procurando ter autonomia financeira e não depender diretamente do seu parceiro.

Este trabalho é composto por três capítulos, e cada capítulo está subdividido entre dois ou três pontos, para um melhor desenvolvimento do mesmo. O primeiro capítulo tem como título “Sociedade e exclusão social”, nele serão abordados assuntos como pobreza, fome, consumo e mercado de trabalho, explicando e comparando historicamente as mudanças de cada tópico atualmente, mostrando assim as evoluções e conquistas obtidas pelas mulheres que na maioria das vezes são beneficiárias do Programa Bolsa Família.

No segundo capítulo focarei nas desigualdades de gênero, como e de que forma estas desigualdades prejudicam o desenvolvimento social e econômico das mulheres beneficiárias do PBF em Redenção, em especial a mulher negra, buscando nas políticas públicas uma melhor solução de combate a estas diferenças de gênero e raça.

O terceiro e último capítulo, mas não menos importante, trata-se da autonomia e empreendedorismo na cidade de Redenção por parte destas mulheres beneficiária do BF, através de análises das entrevistas realizadas pelo Projeto de Pesquisa “E agora falamos nós: mulheres beneficiárias do Bolsa Família - Redenção/CE”, e das entrevistas realizadas com os comerciantes locais, afim de perceber e responder o questionamento inicial, se realmente estas mulheres obtiveram ou não uma autonomia e se refletiu no comércio local.

1. SOCIEDADE E EXCLUSÃO SOCIAL

Definir uma sociedade é algo quase impossível. Isso acontece porque a mesma é composta por diversas culturas, ritos, religiões, gostos entre outras coisas próprias de cada ser que a compõe. Definir uma sociedade por aquilo que se gosta ou deixa de gostar não é simplesmente pensar em si próprio, mais deixar de lado as pluralidades existentes no país e no resto do mundo. Agindo desta forma, fica cada vez mais difícil mudar a realidade brasileira, e a solução encontrada para que estas mudanças ocorram é a inclusão social dos mais desfavorecidos em busca de uma possível igualdade social.

Segundo DaMatta (1986), no século XIX, alguns teóricos sociais viam o território brasileiro como um pedaço perdido de Portugal e da Europa. Com suas heranças coloniais, o país obteve uma mistura de raças nunca vista em outro lugar, possuidor de belezas naturais e com um clima tropical, influenciando assim os tempos atuais. Tempos estes em que o mais importante está na aparência, no dinheiro, no possuir bens e influências, deixando de lado valores que realmente importam, como o caráter. Nas palavras do autor a “sociedade onde pessoas seguem certos valores e julgam as ações humanas dentro de um padrão somente seu.” (DAMATTA, 1986, p.12). Ora, muitos pensam somente em benefícios próprios, tendo desta forma coragem para agir assim até mesmo com os membros de sua própria família, em busca de um reconhecimento social e melhores condições de vida individual.

A sociedade brasileira, embora em um processo de rompimento, continua sobre o domínio de uma classe social, a classe alta, e as demais classes, classe média e classe baixa, continuam submissas a mesma. Este “poder” é perpassado de geração em geração, sempre privilegiando os mesmos, causando assim a exclusão dos demais. O termo sociedade significa segundo o dicionário² online de língua portuguesa “reunião de pessoas unidas pela mesma origem e pelas mesmas leis”, “associação (civil, comercial ou industrial)”, “conjunto de pessoas da mesma esfera”. Porém, o que podemos observar na realidade não é bem este tipo sociedade que vivenciamos hoje. Estamos inseridos numa sociedade competitiva, exploradora, sem

² Retirado de: www.dicionariodoaurelio.com/sociedade Acesso em: 18.06.2015

perspectivas para os mais desfavorecidos, excludente, preconceituosa, e suas leis quase sempre privilegiam os mais fortes.

Com o passar dos tempos, após tantas lutas e derramamentos de sangue em busca de melhorias sociais, a classe baixa, os mais desfavorecidos, os pobres ou simplesmente como Souza (2011) provocativamente chama-os a “ralé brasileira”, conseguiu mudar muitas coisas, como por exemplo, a redução de trabalho, melhorias salariais, direitos trabalhistas entre outras conquistas. Mas ainda falta o que deve ser melhorado. Quando se fala da “ralé” nas mídias, logo nos aparece um estereótipo preconceituoso sobre esta classe, porque a mídia consegue nos induzir a uma imagem de oposição deste grupo sobre a lei, como por exemplo, policial-bandido. Porém muitos esquecem que este grupo não teve sequer oportunidade na vida, passando por diversas dificuldades como as mais banais, por exemplo, a fome, sede e frio. Estes desfavorecidos, que são muitas vezes marginalizados, mas que na verdade são pessoas de bem, sofrem por serem esquecidos pelo Estado, e que muitas vezes encontram no álcool e nas drogas, uma forma de fuga como solução da vida.

Atualmente uma nova classe social vem ganhando espaço e incomodando a classe dominante. Para Souza:

Os “emergentes”, que preferimos chamar no nosso estudo de “batalhadores” ou “nova classe trabalhadora”, não possuem nenhum dos privilégios de nascimento da classe média verdadeira. Muito especialmente, o “tempo livre”, que permite a apropriação de “conhecimento útil e altamente valorizado” – chamado por Pierre Bourdieu de “capital cultural” – é que caracteriza a classe média verdadeira. (SOUZA, 2011, p. 37)

Como afirma o autor, esta “nova classe trabalhadora” não usufrui de regalias existentes na classe média verdadeira e muito menos da classe alta, sem tempo para lazer, sem influências e bons modos, sem a principal característica de fazer parte de uma classe dominante, possuir um “capital cultural”. Apesar disto, esta classe vem ganhando reconhecimento através de sua força de trabalho e determinação. Ainda nas palavras de Souza (2011, p.37) “os batalhadores ‘compensam’ esta falta com extraordinário esforço pessoal, trabalhando sob condições penosas, sem garantias sociais, em atividades muitas vezes informais, sem pagamento de impostos”. Em outras palavras, os “emergentes” mesmo sabendo do seu desfavorecimento e dificuldades, porque “o pobre não repousa não tem privilegio de gozar descanso” (JESUS, 1960, p.12), batalha em prol de uma melhor condição de vida, sacrificando

seus dias, de domingo a domingo, buscando assim conseguir mudar sua vida e a do país.

Sabe-se que nesta última crise mundial em 2008, um dos motivos pelos quais o país não foi afetado foi graças aos consumidores que compraram bens em parcelas de 10 vezes ou mais. Desta forma sempre houve um capital em movimento. Estas compras estão relacionadas a mobília, compra de automóveis, bens alimentícios e houveram muitos que até a casa própria conseguiram comprar. E em quase todos estes setores de venda o governo deu apoio ao consumidor, como por exemplo, o programa Minha Casa Minha Vida³, no qual o governo financia a construção de casas para pessoas com renda familiar de até 3 salários mínimos, com o pagamento em pequenas parcelas, com juros baixos, pois como sabemos, à medida que o ganho mensal aumenta, suas despesas acompanham este crescimento.

Souza (2011, p.38) defende que “o que é retirado da ‘ralé’ – por uma sociedade injusta que a explora como mão de obra barata em atividades corporais para que a classe média possa se dedicar a estudos e empregos rentáveis e prestigiosos – é qualquer perspectiva de ‘futuro’”. Mão de obra barata, trabalhos braçais explorados, mais uma perspectiva de futuro sempre maior que seu fardo. É desta forma que a população brasileira, que a muito tempo foi esquecida e marginalizada está conseguindo mudar esta realidade social, e muitas destas famílias encontram os estudos como uma melhor opção para transformar esta realidade. O autor afirma que:

É tempo de reconstruir consensos naturalizados no nosso país que permitam a reprodução de uma maioria superexplorada e humilhada, cujo sofrimento e dor sequer podem ser percebidos pela violência simbólica de interpretações que de críticas e de “éticas” nada possuem. (SOUZA, 2011, p.41)

É através de programas sociais de transferência de renda, como o Bolsa Família, que estas famílias estão sendo assistidas pelo governo, tendo assim o apoio do Estado nesta luta por igualdade e melhores condições de vida, em busca da superação da pobreza, que há tempos lhes perseguem. Agora, vamos entender melhor sobre pobreza e a fome, buscando assim compreender a quem elas atingem.

³ O Programa popular acontece em parceria com estados, municípios, empresas e entidades sem fins lucrativos. Na primeira fase foram contratadas mais de 1 milhão de moradias. Após esse sucesso, o Programa Minha Casa Minha Vida pretende construir na segunda fase, 2,3 milhões de casas e apartamentos até 2016.) Retirado de: <http://www.minhacasaminhavidainscricao.com/> Acesso: 26.03.2015

1.1 “Já passei por muita precisão”: uma análise sobre pobreza e fome

A pobreza acarreta diversos fatores negativos, tem vários significados e encontra-se de diferentes formas dependendo do lugar onde está inserido o indivíduo, como afirma a autora⁴, em um recente trabalho de pesquisa apresentado na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab). Segundo Silveira (2014, p. 13) pobreza é "algo extremamente complexo, isso porque o tema pode ser abordado por diferentes vieses. Não há uma única definição nem tampouco uma única forma de mensuração do problema". E segue afirmando que a pobreza não permanece inércia no tempo, que em cada época histórica tem um significado diferente, pois para a autora a pobreza modifica-se juntamente com a sociedade. Por isso, difere a pobreza, na zona rural e na zona urbana. Nas palavras da autora:

Segundo alguns estudos, no caso brasileiro, a pobreza rural é relativamente maior que a urbana, mas em números absolutos a urbana afeta o maior número da população, principalmente após o acentuado processo de urbanização do século passado. (MOCELIN, 2010, p.2)

Segundo a mesma, “a pobreza rural distingue-se da urbana pelo acesso às políticas públicas” (MOCELIN, 2010, p.2); na rural existem a falta de informação e a distância de políticas públicas, como saneamento básico, tratamento de água potável e muitas vezes falta de educação, pois em diversos interiores dos municípios, os alunos tem que se deslocar até a sede, em carros precários, chamados de “pau de arara”, para terem acesso à escola.

Diferentemente da zona rural, na zona urbana o problema é conseguir atender a todos, já que houve uma grande emigração da população rural para as grandes cidades em busca de melhores condições de vida. Esta mesma população que não possui nenhuma ou quase nada de qualificação, fica à mercê da sorte e com trabalhos precários. Pode-se constatar que a pobreza não está relacionada somente à renda, mas também a diversos fatores. “A pobreza refere-se a situações de carência em que os indivíduos não conseguem manter um padrão mínimo de vida condizente com as

⁴ SILVEIRA, Fátima. A pobreza vem de longe: um estudo interdisciplinar sobre pobreza, preconceito e Programa Bolsa Família, Redenção, 2014.

referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico”, conforme nos aponta Barros et al (2001, p.7)

Os governos locais tentam de alguma forma remodelar a pobreza, em busca de combatê-la, criando assim, programas específicos para cada dificuldade, dando importância a problemas que jamais foram discutidos, como mostra Lavinias (2002, p.27) “Novos riscos sociais, antes ignorados, passam a ser considerados, remodelando o arsenal convencional dos sistemas de proteção social”. Para acabar com a pobreza, precisa-se de uma nova redistribuição de renda, maiores investimentos na educação pública, em criação de empregos e renda, em políticas públicas de controle de natalidade, uma melhor rede de saúde entre outros problemas, fazendo com que nestes espaços haja uma maior integração social.

A pobreza cria um ciclo de interdependência e existência de vínculo. Segundo Simmel (1998, p.52) isto acontece em decorrência de uma “reação da sociedade”, entre aqueles que são considerados pobres e os demais. “Logo, os pobres não são aqueles que se encontram excluídos da sociedade ou a sua margem, mas os que, fazem parte desse orgânico, são contemplados por medidas assistenciais” (LAVINAS, 2002, p.33). Esta assistência vem como um benefício próprio, com o objetivo de “combater a pobreza em prol da prosperidade pública” (SIMMEL, 1998, p. 52). É dever do Estado combater a fome e a miséria, ofertando mais oportunidade para estas pessoas. Conseqüentemente, ao desenvolver estas políticas públicas, o Governo alcança a comunidade inteira, no sentido de distribuir a renda de uma forma mais igualitária.

Ao falarmos de pobreza, lembramos logo das necessidades tanto básicas quanto fisiológicas do ser humano, diante da definição do que são “necessidades”, para a Organização Internacional do Trabalho (1976):

Necessidades básicas incluem um requerimento mínimo por família num plano do consumo privado: alimentação adequada, vestuário, bem como alguns móveis e equipamentos para o domicílio. Em segundo lugar, inclui serviços essenciais ofertados para e pela comunidade no sentido amplo, tais como água potável, saneamento, transporte público, saúde, educação e serviços culturais [...] O conceito de necessidades básicas deve se inscrever no contexto do grau de desenvolvimento econômico e social da nação como um todo. (OIT, 1976)

A fome, entendida como uma necessidade básica, antigamente era vista como um mal natural que não tinha cura. Atualmente, após as novas tecnologias, este

paradigma de que a fome é algo natural conseguiu ser quebrado, pois hoje podemos produzir o dobro de alimentos necessários para alimentar toda a população do mundo. Um dos problemas maiores que impedem a extinção da fome é a grande concentração de bens nas mãos de poucos, em outras palavras, é a má distribuição de renda. Outro problema é que os alimentos tornaram-se mercadorias no mundo capitalista de hoje, no qual visa-se o lucro; por isso a alimentação pode custar caro.

Para Salama e Destremau (2001), muitos fatores podem ser levados em conta para um estudo da pobreza, como por exemplo, a educação e saúde de baixa qualidade, a falta de acesso a comunicação e a informação, tudo que tira de um ser humano a dignidade:

A pobreza possui muitos rostos e vai além da pouca renda. Ela se reflete também nas más condições de saúde e de educação, na falta de acesso ao saber e às possibilidades de comunicação, na impossibilidade de se exercer direitos políticos e de fazer valer os direitos da pessoa humana, na ausência da dignidade, de confiança e de respeito próprio. [...] a pobreza pode significar mais que a ausência do que é necessário ao bem-estar material. É também a negação das oportunidades e das possibilidades das escolhas mais essenciais ao desenvolvimento humano. (SALAMA E DESTREMAU, 2001, p.82)

A pobreza pode ser analisada em diversas formas e estruturas, e aqui no Brasil isto acontece por influências de seu passado colonizador. Para Sposati, (1998, p.4) “trazer o tema da exclusão social para o Brasil significa demarcar que a análise se dará em uma sociedade colonizada, que já partiu do conceito discriminador entre colonizador e colonizado”. Ao revisitarmos a vida na época colonial aqui no Brasil, podemos notar que os negros e índios sempre foram os excluídos da sociedade, com trabalhos pesados e forçados. Eram negados o direito à vida e a dignidade, sendo explorados em tudo que tinham, até a sua própria identidade e cultura. Para identificar quem pertence à classe pobre ou miserável no Brasil é fácil, pois a pobreza no país tem cor: preta e parda. Segundo o Censo Demográfico de 2010⁵, a população que se autodeclara preta é de 7,6% (15 milhões de pessoas), 43,1% (82 milhões) declararam-se pardos e 47,7% (91 milhões) afirmaram-se ser brancas. Analisando os dados do

⁵ Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: www.brasil.gov.br/educacao/2012/07/censo-2010-mostra-as-diferencas-entre-caracteristicas-gerais-da-populacao-brasileira Acesso em: 28 mai. 2015.

Ipea⁶, o percentual da população total que vive com até ½ salário mínimo é de 18,8%, destes 23,3% são negros, enquanto os brancos somam 12,6%. Essas são heranças do colonialismo, depois de trezentos anos de escravidão, com a vinda de povos africanos trazidos do continente para trabalharem em péssimas condições. Porém, se compararmos com o Censo do ano de 2000, o nosso país teve uma mudança de cenário, a população negra era apenas de 6,2 %, os pardos autodeclarados eram de 38,5% e os brancos 53,7% do total da população brasileira. Estes avanços se deram por conta dos Movimentos Sociais e Políticas Públicas, numa tentativa de construir um país menos racista.

Esta população pobre, além de ter uma cor negra, possui também um sexo: é o feminino, como afirma a revista de Políticas públicas; étnico racial e de gênero (2007)⁷ “[...] a realidade das mulheres é similar na sua condição de gênero, mas as discriminações se agravam se são pobres, negras, indígenas ou ciganas de acordo com as conjunturas históricas, econômicas e sociais vividas.” Porque ser negra ou ser mulher já é difícil, imagine ser uma mulher negra? É mais complicado ainda. São as mulheres negras as mais afetadas pela pobreza, mulheres guerreiras, que não tiveram oportunidades de mudar suas vidas, que por causa da sua cor e sexo, são cada vez mais apagadas do país. Mulheres estas que sustentam suas casas sozinhas, que são mães e pais de seus filhos, que educam e carregam consigo toda a culpa do fracasso dos mesmos.

A grande maioria da classe pobre são pessoas excluídas da sociedade e esquecidas pelo poder público. Esta população está entregue à própria sorte, sem ter opção para escolher um melhor futuro, onde muitas vezes entra no mundo dos vícios, como a droga e o álcool, tornando-se como estratégia para esquecer os seus problemas.

Essa visibilidade, por sua vez, os tornava as mais indesejáveis presenças nas cidades maiores. A investida sistemática sobre essas populações, marcadas pela extrema violência dos poderosos, visou destruí-los completamente, alvejando-os de várias maneiras, assassinando-os fisicamente, mas, sobretudo, tentando negar sua identidade e cultura. (REGO; PINZANI, 2013, p. 192)

⁶ Retirado de:

http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores_pobreza_distribuicao_desigualdade_renda.html Acesso em: 17.09.2015

⁷ POLÍTICAS PÚBLICAS; ÉTNICO RACIAL E DE GÊNERO. 1. ed. São Paulo: Coordenadoria dos Assuntos da População Negra, 2007- n°1 Cultura.

Apesar da aceitação e reconhecimento por parte de algumas pessoas sobre a negritude, existem outras que não se assumem como negras com vergonha de sua cor e suas origens, dizem serem pardas mesmo tendo a pele escura. Mas isso vem mudando, pois cada vez mais pessoas se assumem como negras, de acordo com os últimos dados do IBGE: censo 2010.

Assim, por mais que o país “cresça” em todos os sentidos, e a população ainda precise ser informada sobre a sua história, o seu passado, esta ação nunca diminuirá, pois, poucos sabem da verdadeira história que aconteceu neste país, da importância dos povos africanos e afrodescendentes e das suas contribuições para a formação desta nação. Por isso, a importância de se estudar a cultura afro nas escolas e universidades, por meio da Lei 10639/03⁸.

Frequentemente ações racistas são vistas em todos os meios. Pode-se notar na mídia, em transmissões de jogos, nas telenovelas e no cotidiano, onde só quem tem valor é o branco, e quem possui bens materiais, muitas vezes um negro de classe alta, passa por situações terríveis de racismo, por conta da sua cor. O Censo Demográfico de 2010 afirma também que “os brancos continuam recebendo salários mais altos e estudam mais que os negros (pretos e pardos)”⁹ (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Estas ações preconceituosas segregam grande parcela da população brasileira. Até quando a cor e a classe social forem mais importantes que o caráter e a dignidade, o mundo continuará daqui para pior. A população em geral precisa se conscientizar sobre a sua história, exercendo o seu papel não somente como cidadão, mas como ser humano, ajudando cada vez mais próximo, doando-se em prol dos mais necessitados e fazendo o possível para o mundo viver em paz.

Nada melhor do que escutar sobre o que significa pobreza para estas mulheres beneficiárias do Bolsa Família da cidade de Redenção, cedidas através de

⁸ A Lei Federal nº 10.639/03, que torna obrigatório o ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. Essa lei altera a LDB (Lei Diretrizes e Bases) e tem o objetivo de promover uma educação que reconhece e valoriza a diversidade, comprometida com as origens do povo brasileiro. Retirado de: www.afroeducacao.com.br Acesso em: 30.07.2015

⁹ Retirado de: www.brasil.gov.br/educacao/2012/07/censo-2010-mostra-as-diferencas-entre-caracteristicas-gerais-da-populacao-brasileira Acesso em: 28.05.2015

entrevistas¹⁰ realizadas pelo Projeto de Pesquisa “E agora falamos nós, mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na cidade de Redenção/Ce”, a qual destinarei um tópico de terceiro capítulo desta monografia para explicar melhor sobre o mesmo. Estas quatro respostas, retiradas das entrevistas realizadas, tratam do significado de pobreza para as beneficiárias. Algumas das entrevistadas não sabiam responder, como fica claro na entrevista da dona Elizangela 26 anos, união consensual, 2 filhos, parda, trabalhadora rural, ensino médio incompleto, ao perguntar para ela o que significa pobreza a mesma respondeu: “

“Mulher eu vou dizer aqui uma coisa, eu não sei nem responder isso daí. O que significa pobreza, eu não sei responder não. Porque eu não sei nem o que dizer sobre isso”. (Elizangela (26), Redenção)

Não foi somente dona Elizangela que respondeu que não sabia. Dona Elizeuda, 62 anos, casada, 2 filhos, preta, aposentada, analfabeta, responde de forma semelhante:

“Não sei dizer não. Eu sou pobre e me sinto bem. Acho que tem muitos pobres, pobres, que sofrem muito né.” (Elizeuda (62), Redenção)

Nestes dois exemplos, notamos que elas possuem muitas diferenças, como por exemplo, a escolaridade, a idade, quantidade de filhos, e a renda. Mesmo assim, a falta de informação sobre este assunto é a mesma.

Mostrarei agora mais dois trechos das entrevistas, mas agora com possíveis respostas sobre o que para elas significam. Nesta resposta, dona Simony 24 anos, solteira, 1 filho, parda, dona de casa, ensino médio completo, afirma que:

“A pobreza, assim as pessoas que realmente passa fome mesmo, que realmente não tem o que comer mesmo, deve ser muito ruim assim, você ter um filho, e chegar uma hora que seu filho diz que tá com fome e você não ter um leite, você não ter um arroz, você não ter nada. Ave Maria, Deus me livre, é horrível, não digo nem que deve ser, é ruim né, ninguém quer”. (Simony (24), Redenção)

¹⁰ Todas as entrevistas encontram-se fielmente transcritas, sem nenhuma modificação na fala. Utilizamos nomes fictícios nas entrevistadas, para não as comprometer em nenhum momento.

Já para dona Edna 46 anos, casada, 3 filhos, morena clara¹¹, dona de casa, ensino fundamental incompleto:

“Eu acho que pobreza, eu acho é uma coisa, que quando uma pessoa que não tem nada, não tem uma casa própria né, eu já não inculco (INCLUIR) nem assim, pessoas que pagam aluguel, porque uma pessoa que paga aluguel pode pagar né, pobreza eu acho que é uma pessoa que não tem nada, nada de bens, não tem casa, não tem transporte, não tem emprego, não tem a carteira assinada, não tem nada, nem talvez chegado tivesse nem mesmo o bolsa escola não tem, ai que é pobreza.” (EDNA, 46, Redenção)

Para ambas, pobreza significa em outras palavras a falta de bens materiais e alimentícios. Nota-se que nas entrevistadas não se incluem como pobres, mesmo pelo fato de serem beneficiárias de um programa social do governo, que tem o objetivo de erradicar a pobreza, mesmo não possuindo um trabalho fixo e assegurado, per fazendo uma renda mensal de menos de um salário mínimo. O que eu pude perceber é que estas mulheres beneficiárias têm medo, vergonha e não compreendem muito sobre este assunto, e não gostam nem de falar sobre. Talvez seja porque venham as lembranças de seus passados difíceis, como está exposto no título do tópico “Já passei por muita precisão”, narrado pela colaboradora dona Joana (52), ao lembrar do seu passado não muito distante, ou até mesmo do presente de muitas destas mulheres.

Estes relatos apontam para as dificuldades em tratar do tema pobreza, pois envolve os sentimentos e o pensar de forma mais profunda sobre isso. Muitos serão os obstáculos a serem vencidos pelos governantes e pela própria população, e uma das grandes mudanças que já vem ocorrendo são as oportunidades de estudos que os pobres estão tendo, pois como sabemos antigamente quase ninguém tinha acesso à educação, por motivos econômicos e trabalhistas, e hoje é uma obrigação todas as crianças estudarem. Graças a isso, estamos conseguindo mudar a nossa realidade, pois como sabemos, as nossas crianças são o futuro do país, tudo o que investirem nelas, terá o retorno futuramente. São estas mulheres, que mesmo apesar do pouco conhecimento sobre o tema, estão possivelmente conseguindo conquistar uma autonomia tanto financeira quanto pessoal, que acaba refletindo na economia local.

¹¹ Para maiores esclarecimentos, em nossas entrevistas, deixávamos livres para que as mesmas se autodeclarassem. E nas opções que nos orientavam, não possuía esta opção. Ver anexo das entrevistas.

1.2 Sociedade do consumo: a nova roupagem escravista

As sociedades que até então eram chamadas de sociedades contemporâneas, atualmente estão sendo rotuladas, segundo Barbosa (1949), por intelectuais, acadêmicos, jornalistas e profissionais de marketing como as sociedades do consumo. Isso ocorre, como explica a autora, por conta do desenfreado excesso do consumismo e do capitalismo desorganizado. Consumir para a sociedade atual não significa apenas satisfazer as necessidades básicas, significa agora um status e satisfação, fazendo com que o próprio ser humano fique hipnotizado e não enxergue o papel do consumo em sua vida. Barbosa (1949) afirma que:

A sociedade parece emergir de um conjunto de suposições sobre a cultura contemporânea que são tomadas como dados e quase nunca desafiadas criticamente. Daí a quase total ausência da visão dos agentes sociais sobre os seus próprios atos e uma postura teórica universalizante sobre o significado e o papel do consumo na vida cotidiana das pessoas, que não distingue tipos de consumo, grupos sociais e os múltiplos significados da atividade de consumir. (BARBOSA, 1949, p.11)

O ser humano vive de trocas, tanto socialmente como culturalmente. Vive em busca de tornar-se diferente dos demais, sempre à procura do reconhecimento, status e bem estar social, “todo e qualquer ato de consumo é essencialmente cultural” (BARBOSA, 1949, p.13). Nesta afirmação, a autora nos mostra que o ato de consumir é cultural, isso porque recebemos influências de toda parte do globo, através das propagandas e com o surgimento das novas tecnologias de comunicação via redes sociais e sites voltados para o consumo, facilitando assim a propagação e divulgação dos produtos.

No século XVIII, o consumo era voltado para o âmbito familiar, todos trabalhavam juntos para suprir as necessidades da família ou grupo, e o ser individual era posto de lado, pois tudo o que a família conseguia era utilizado como status social, através das vestimentas, os modos, o lazer e os bens de consumo para diferenciá-los dos demais.

Segundo Barbosa:

[...] a posição social de uma pessoa determinava o seu estilo de vida, independentemente da sua renda, ou seja, das condições objetivas que esta pessoa possuía para mantê-lo e menos ainda do seu desejo pessoal de querer fazê-lo ou não, sob pena de ser excluído da sociedade da corte. (BARBOSA, 1949, p.20)

Em outras palavras, ser nobre não significava que o mesmo possuía uma boa renda ou renda alguma. Ser nobre era uma questão sanguínea, e a classe que mais possuíam bens eram os burgueses, sendo esta a classe produtiva. Por conta disso, nesta época era muito comum os casamentos arranjados para impedir a falência dos nobres.

Foi a partir do século XX, nos Estados Unidos que surgiram as primeiras lojas, onde podiam encontrar produtos de vestuário e lar. “Ela congregava, debaixo do mesmo teto, todas as mercadorias necessárias para o lar e o vestuário, fornecendo economia de tempo e obtendo lucro através da rápida circulação dos seus estoques e barateando as mercadorias” (BARBOSA, 1949, p.28), Nesta passagem a autora nos mostra a evolução do consumo, fazendo com o que os clientes gastassem menos tempo, aproveitando melhor o ambiente, podendo assim comprar o que necessitava em um só lugar, com preços às vezes mais em conta.

O valor material dos objetos, a cada dia que passa, perde mais importância. Antigamente, existiam certos objetos que passavam de geração em geração e tinham valores mais sentimentais do que propriamente econômicos. Hoje já não se nota mais isto. E como a autora nos mostra, esta mudança, que é uma das marcas de transição da sociedade da corte para a sociedade do consumo, chama-se *pátina* (BARBOSA, 1949, p.25), “poder imemorial da tradição”, e significa em outras palavras apego aos bens materiais hereditários, com valores tradicionais e status aos proprietários. Em *Cultura e consumo*, Grant McCracken descreve os costumes dos nobres ingleses. Segundo o autor:

“Os nobres ingleses consumiam determinados bens, como retratos, pratarias, arcas de madeira nobres ou quaisquer outros objetos que pudessem registrar, física e objetivamente, a passagem do tempo e assim sustentar a legitimidade das reivindicações de uma família a uma determinada posição social no interior da comunidade a que pertenciam”. (GRANT MCCRAKEN *apud* BARBOSA, 1949, p.25)

Hoje um objeto não passa muito tempo nas mãos de uma pessoa. Por exemplo, é muito difícil um indivíduo utilizar um celular até que ele se acabe ou se danifique, sem nunca trocá-lo ou comprar um novo, ficando assim com dois aparelhos, pois sabe-se que produzem mais celulares do que o número de habitantes no mundo. Isso ocorre pelo impulso das novas tecnologias, que ao passar do tempo vem se atualizando e melhorando os seus sistemas, fazendo sempre modificações, as vezes

pequenas e outras não, como por exemplo, tirar fotos, navegar na internet ou ter uma maior memória no aparelho, mas sem esquecer da sua principal função que é atender e fazer ligações, influenciando desta forma o mercado consumidor a sempre querer o mais novo e o que possua mais funções no aparelho.

Ao contrário da *pátina*, a *moda* distingue-se pelo consumo moderno. Nas palavras de Barbosa (1949, p.25) é “um mecanismo social expressivo de uma temporalidade de curta duração, pela valorização do novo e do individual”, e como citado no exemplo anterior, tem suas mudanças menores, com diferenças e novos detalhes. Porém são estas modificações que hoje fazem com que se compre tanto, pois, a cada nova função, o produto sobe de preço e ganha novos olhares e consumidores de todas as idades. Isso aconteceu segundo Barbosa (1949, p.26) por conta do fato de ser “menos a democratização do consumo e mais a manutenção de status”, quanto mais rápidas as mudanças ocorridas nos objetos, mais curta será a sua duração.

Atualmente o sujeito passou a ganhar espaço no ato da compra. O que antes era uma atividade familiar tornou-se uma atividade individual, dando-lhes o direito a escolha, podendo assim usufruir o que “bem” quiser, tornando-se desta forma fiéis consumidores. Barbosa (1949, p.21) afirma que “essa relação de dependência entre status e estilo de vida e de independência em relação à renda é inteiramente rompida na sociedade contemporânea individualista e de mercado”, pois, hoje não precisa mais, por exemplo, que a geladeira pare de funcionar, para ir numa loja e comprar outra, basta apenas lançar um novo modelo, como poucas mudanças nas funções, com uma diferença apenas no design ou uma loja entrar em liquidação ou simplesmente dar vontade de comprar. Hoje não existem mais leis e regras que definam até que ponto você pode consumir Nas palavras da autora “[...] as pessoas são, por definição, insaciáveis, ou que existe uma propensão natural a consumir, que faz com que qualquer aumento de renda ou salário seja alocado sempre no consumo de mais bens e mercadorias.” (BARBOSA, 1949, p.16)

Este consumo desenfreado acaba afetando na relação familiar e social, modificando as relações interpessoais, passando assim a dar valor somente a quem possuir bens materiais caros e na moda, ainda por cima, fazendo com que o ser

humano seja cada vez mais escravo do capitalismo, a ponto de sacrificar seus dias de descanso, em busca de uma maior renda, com o pensamento de consumir mais.

Com o passar do tempo, diversas foram as formas e facilidades que as empresas criaram para poderem vender mais e conquistarem novos consumidores. O cartão de crédito, pagamento no boleto, pagamento parcelado em diversas vezes, via internet. Até mesmo pelo celular você pode efetuar compras e pagamentos, e como sempre muitas vezes uma boa influência conta na hora de negociar a compra, o jeitinho brasileiro sempre abre as portas em muitos dos lugares. Hoje você nem precisa sair de casa para comprar ou pagar nada, tudo se faz via internet.

Para ser consumidor basta você ter dinheiro ou crédito, isso significa ter um nome limpo no mercado. Porém existem empresas que não se importam ou não fiscalizam neste ponto, pois o que elas mais querem é vender, e esta liberdade do consumo cada vez mais ganha forças. Um ponto positivo para o consumidor é que o mesmo passa apenas cinco anos com o nome sujo. Após esta data, o Serviço de Consulta a Pendências e Protestos (Serasa) “perdoa” a dívida e a pessoa pode voltar a ter seu crédito reaberto.

Hoje em dia, quase tudo o que se lança no mercado torna-se moda. Este modismo influencia e muitas vezes obriga os menos favorecidos a entrarem nesta “onda”. Caso não incorporem estes novos estilos, gostos e ritmos, o indivíduo fica excluído da sociedade, a ponto de sofrer preconceitos e até mesmo agressões físicas e verbais.

Existem alguns fatores que colaboram para esta segregação e preconceito. Entre eles estão o alto preço imposto por marcas renomadas e a busca individual de sempre “estar na moda”. Mesmo existindo a pirataria, que a cada dia que passa vem ganhando forças e novos jeitos de driblar a fiscalização, as pessoas são dominadas pela satisfação de seus egos. Sabendo que estas falsificações causam grandes prejuízos tantos aos empresários quanto aos cofres do governo, pela falta de pagamento de impostos, Barbosa defende que:

Os produtos similares e ‘piratas’ permitem que estilos de vida sejam construídos e desconstruídos e lançados ao mercado e utilizados por pessoas cujas rendas certamente não são compatíveis com o uso de muitos deles nas suas respectivas versões originais. (BARBOSA, 1949, p.22)

Esta foi a forma encontrada pela “ralé” para se aproximar ao máximo da elite. A compra de produtos similares fazem com que muitas pessoas sejam aceitas em determinados grupos sociais, fazendo com que as mesmas sintam-se pertencentes daquele meio. A autora segue afirmando que:

“O acesso das pessoas a essas mercadorias é consequência da distribuição de recursos materiais (dinheiro) e culturais (gosto, estilo de vida etc.) no interior da sociedade, a qual é, também, consequência das relações de mercado – salário e classe social” (BARBOSA, 1949, p.33)

Graças a propaganda, esta distribuição de recursos culturais é possível. Assim sendo, muitas são as pessoas que ou por gosto ou imposta pela sociedade do consumo, estão sendo “obrigadas” a fazer o que lhes impõem, vivendo oprimidas, negando-lhes o direito da liberdade de expressão, como por exemplo, usar o que gosta ou falar o que pensa.

Os pesquisadores buscaram compreender de que forma o consumo afeta a sociedade. Para isso criaram teorias que diferem sobre sociedade de consumo e consumo. Segundo Barbosa, sociedades de consumo:

“Dizem respeito à natureza da realidade social. Mapeia e analisam alguma característica que lhe é atribuída como específica e que a define e cogitam sobre o porquê do consumo desempenhar um papel tão importante no interior da sociedade contemporânea ocidental” (BARBOSA, 1949, p.29)

A autora também afirma sobre a teoria do consumo: “Elas procuram respostas para várias questões como, por exemplo, os processos sociais e subjetivos que estão na raiz da escolha de bens e serviços” (BARBOSA, 1949, p.29). Respectivamente, uma busca entender qual o papel social do consumo e a outra como isso ocorre, analisando os impactos, mediações, valores e práticas, buscando compreender de que forma o consumo se conecta com os demais acontecimentos sociais.

Nos dias de hoje, nota-se a abertura do comércio para as mulheres. Isso vem acontecendo graças ao empoderamento que as mesmas estão obtendo graças ao alcance de uma renda fixa ocasionado por vários fatores, entre eles o Bolsa Família. De forma geral, em qualquer estabelecimento ao abrir crédito, tais mulheres tinham seu requerimento negado, em virtude da ausência de renda fixa. Essa ausência de renda se dava devido ao fato de muitas delas não possuírem um trabalho, por conta

da sua prole, e assim viviam sob o domínio e dependência direta do seu companheiro, fazendo apenas bicos quando apareciam, estando então impossibilitadas de exercer atividades fixas, dificultando o acesso ao consumo.

A grande maioria destas mulheres conseguiu esta abertura do mercado econômico após o ingresso ao PBF. Com uma renda mensal, estas senhoras conseguiram conquistar o seu espaço no mercado consumidor, passando assim a usufruir de bens e a “saciar” melhor suas necessidades antes tão almejadas e quase inalcançáveis, como por exemplo, mobiliar sua casa, vestir melhor seus filhos e a si própria, e comprar uma melhor alimentação para a sua família. Isso sem contar quase nunca com a ajuda de seu companheiro, porque como sabemos, existem muitas mulheres chefes de famílias, que criam seus filhos exercendo o papel de mãe e de pai. Neste trecho da entrevista, dona Elizangela afirma como administra o benefício:

“Eu gasto mais assim, com a intera do meu aluguel e comprar a alimentação dos meninos, que a minha eu me viro né, o importante é dos meninos. [...] esse dinheiro aí agora é só meu e dos meninos, tudo que eu compro eu pago com este dinheirim, tudo.” (Elizângela (26), Redenção)

Para a grande maioria destas mulheres, este dinheiro significa muito, só pelo fato de terem o que dar de comer quando os filhos pedem, sem a necessidade de esperar que os seus companheiros comprem. Para muitas é humilhante ter que pedir para seu marido comprar os alimentos, mesmo ele sabendo que não possuem nada dentro de casa. Muitas destas beneficiárias conseguiram também romper ciclos de agressões e maus tratos, fazendo com que se sentissem mais dona de suas vidas e de suas decisões.

Uma das perguntas feitas na hora da entrevista era se tinha mudado algo na relação familiar após o ingresso ao programa, e quase todas me informaram que houveram mudanças sim, pois antes da entrada no programa, tudo o que elas precisavam, tinham que ir pedir ao seu companheiro, como nos mostra a entrevista de dona Elizangela:

“Mudou minha filha [...]. E é porque o meu (MARIDO) hoje em dia ainda pergunta né, e é porque eu pago mais com o meu. É porque eu ainda tenho que pegar um pouquinho do dele. (RISOS) Mais mudou, enquanto a isso mudou”. (Elizangela (26), Redenção)

Mesmo sendo elas as titulares dos cartões, ainda tem companheiros que se sentem donos do dinheiro, sentindo-se no direito de administrá-lo, surgindo desta

forma a necessidade de um trabalho, para ver se conseguem sair do ambiente privado e conhecer novos horizontes, ganhando desta forma mais autonomia.

1.3 Pão nosso de cada dia: a luta diária do mundo capitalista

O livro o Manifesto Comunista de Karl Marx e Friedrich Engels (1982, p.8) afirma que “a sociedade divide-se cada vez mais em dois vastos campos opostos, em duas grandes classes diametralmente opostas: a burguesia e o proletariado”, de um lado os detentores do poder e do outro os detentores da força de trabalho.

A grande indústria criou o mercado mundial preparado pela descoberta da América: O mercado mundial acelerou prodigiosamente o desenvolvimento de comércio, da navegação e dos meios de comunicação por terra. Este desenvolvimento reagiu por sua vez sobre a extensão da indústria; e, à medida que a indústria, o comércio, a navegação, as vias férreas se desenvolviam, crescia a burguesia, multiplicando seus capitais e relegando a segundo plano as classes legadas pela Idade Média. (MARX e ENGELS, 1982, p.9)

Neste trecho do livro, podemos notar o crescimento da classe burguesa e seus objetivos que eram de gerar mais lucros à custa da exploração dos operários. A onda do capitalismo estava chegando a todos os lugares do globo para ficar de vez e dominar o mundo. Reforçando as segregações de classe, gênero, cor e raça, o capitalismo trouxe consigo também progresso, consumo e novas tecnologias.

Após a consolidação do capitalismo, inúmeras mudanças foram ocorrendo para estes trabalhadores (as), direitos conquistados, mas sempre em busca de mais melhorias. Com isso, muitas foram às lutas em busca de melhores condições trabalhistas tanto por homens quanto por mulheres. A entrada da mulher para o mercado de trabalho pode ter ocorrido mais fortemente no período das guerras mundiais, como aponta Probst (2003):

“A história conta que tudo começou com as I e II Guerras Mundiais (1914 – 1918 e 1939 – 1945, respectivamente), quando os homens iam para as frentes de batalha e as mulheres passavam a assumir os negócios da família e a posição dos homens no mercado de trabalho. Mas a guerra acabou. E com ela a vida de muitos homens que lutaram pelo país. Alguns dos que sobreviveram ao conflito foram mutilados e impossibilitados de voltar ao trabalho. Foi nesse momento que as mulheres sentiram-se na obrigação de deixar a casa e os filhos para levar adiante os projetos e o trabalho que eram realizados pelos seus maridos”. (PROBST, 2003, p. 2)

Ser reconhecido pelo o que faz ainda hoje é o sonho de muitas pessoas, inclusive das mulheres, que tanto foram oprimidas pela sociedade machista, impondo-lhes a permanência dentro de casa, cuidando da família, sem poder exercer atividades assalariadas. Para Saffioti (1979) um emprego significa muito para uma mulher. Nas palavras da autora:

Para a mulher, ter um emprego significa, embora isso nem sempre se eleve a nível de consciência, muito mais do que receber um salário. Ter um emprego significa participar da vida comum, ser capaz de construí-la, sair da natureza para fazer a cultura, sentir-se menos insegura na vida. Uma atividade ocupacional constitui, portanto, uma fonte de equilíbrio. (SAFFIOTI, 1979, 58)

O trabalho para a mulher significa dignidade, autonomia, liberdade, autoestima entre outras qualidades, isso porque a mesma sente-se mais útil, podendo participar ativamente das despesas de sua família, no consumo, no que deve ou não comprar. Desde muito tempo a mulher foi impedida de exercer diversas atividades, tudo por conta do seu sexo. E ainda hoje pode-se notar que muitas destas batalhadoras executam as mesmas atividades masculinas, porém não recebem o salário igual aos homens.

Agora abordaremos sobre uma profissão que a sociedade machista sempre impôs que a mulher negra exercesse: a empregada doméstica. Sempre vista dentro de um ambiente familiar, a mulher, por um longo tempo, teve seu futuro traçado nas cozinhas dos patrões, sendo impossibilitada de exercer novas atividades com melhores remunerações.

Por terem que abandonar os estudos muito cedo para entrarem no mercado de trabalho, uma parcela considerável de mulheres negras iniciaram suas vidas trabalhistas como empregadas domésticas e sem vínculos empregatícios, devido a sua baixa escolaridade. Segundo a revista Políticas Públicas; Étnico Racial e de Gênero:

Para fazermos um comparativo sexo e raça/cor, a mulher negra fica em média 54 semanas a mais procurando emprego, entre os homens negros 45 semanas, no setor doméstico 26,4% são de mulheres negras para 11,9% das não negras, onde por ser um trabalho com uma pequena formulação dos contratos de trabalho e é baixa capacidade de organização dos empregados, refletindo assim em muitos casos uma baixa remuneração e longas jornadas de trabalho. (POLÍTICAS... p. 42)

Atualmente, com todas as conquistas trabalhistas, as (os) profissionais desta área têm seus direitos garantidos. Porém, ainda existem pessoas que se submetem a

condições precárias de trabalho e com baixos salários, por falta de oportunidades e informações. A grande maioria que ocupam estes cargos são mulheres, que quase sempre são beneficiárias do Programa Bolsa Família, trabalhando nestas condições como alternativas para aumentar suas rendas mensais.

A falta de oportunidade e o machismo há muito tempo reduziu e delimitou o papel da mulher socialmente. Tida sempre nos cuidados da casa, dos filhos, lavando, passando, cozinhando, entre outras atividades, o sexo feminino foi impedido de assumir diversos cargos de confiança. E muitas vezes, estas trabalhadoras acabam assim tendo que executar estas obrigações duas vezes, na casa da patroa e na sua própria casa, pois na sociedade patriarcal que em vivemos, os homens quase nunca ajudam nas atividades domésticas. Estas guerreiras trabalham muito e recebem pouco, pois o que as empregadas domésticas ganham não paga nem a metade do suor derramado, dos feriados pegando no batente, dos domingos que seriam seus dias de folgas, e que muitas vezes são obrigadas a ficarem com os filhos da patroa. Com medo de dizer um não ou reivindicar seus direitos, tornam-se submissas com receio de perder seus empregos. O pior de tudo é o valor simbólico que quase sempre estas batalhadoras recebem, um dinheiro que mal dá para suprir suas necessidades e que não representa nem um terço do valor que deveriam receber pelas atividades exercidas, pois como afirmado acima, nem todas estas empregadas são asseguradas de seus direitos. Muitas são as injustiças cometidas contra estas mulheres, como Silva (2013)¹² nos mostra:

São 77 anos de organização sindical das trabalhadoras domésticas, iniciada por Laudelina de Campos Mello, em Santos, na busca de 34 direitos garantidos à maioria das demais categorias de trabalhadores. São 70 anos de atraso em relação às conquistas da CLT. São cerca de 8 milhões de domésticas em todo o país, incluindo adolescentes e crianças; destas, em torno de 6 milhões não têm carteira assinada e não ganham sequer um salário mínimo. (SILVA, 2013)

Apenas 2 milhões de empregadas domésticas são assalariadas, tem suas carteiras assinadas e recebem seus direitos, ou pelo menos esperamos que recebam. Muitas mudanças vêm acontecendo nas relações patroa e empregada, mudanças estas que estão incomodando à muitos dos patrões e à classe alta, a ponto destes reivindicarem seus “direitos”, porque a elite se sente dona da situação, pois tudo que

¹² A PEC das domésticas, os grillhões e as madames. Retirado de: http://cidinhadasilva.blogspot.com.br/2013_03_01_archive.html Acesso em: 30.07.2015

mexe com o bolso e com o bem-estar dos patrões sempre será um incômodo. Porém, os patrões não comentam o que as empregadas já vivenciaram dentro de cada emprego, como por exemplo, os assédios por parte dos maridos e filhos das patroas, as humilhações e desconfianças, muitas das vezes falsas acusações de quando algo some, ficando assim ocultada toda esta humilhação. Como Dantas et al (2010, p.28) afirma “quantas não são as mulheres que sofrem algum tipo de discriminação, desvalorização ou preconceito que seja dentro de uma empresa e não relata, para que não se afirme fragilidade e indefesa”. Justamente para não pensarem que são frágeis e fracassadas, aguentam tudo caladas, pois apesar de tudo, elas necessitam daquele dinheiro para ajudar nas despesas da casa.

No mercado de trabalho, são elas as que mais sofrem com o desemprego, as que estão submetidas com maior frequência aos empregos informais, as que recebem os menores salários mesmo que em cargos iguais aos dos homens, e que são ainda, em muitos casos, vítimas de violências físicas e psicológicas. (SILVEIRA, 2014, p. 21)

Não bastasse o que passam no trabalho, existem muitas mulheres que, ao chegar em casa, seus companheiros pegam tudo o que elas ganharam, gastam com bebidas ou farras, e quando compram alguma coisa para dentro de casa, ficam se gabando, afirmando que foram eles que conseguiram, ganhando desta forma todo o mérito de sustendo. E quando as mesmas se recusam a entregar, começam os xingamentos e as agressões verbais, psicológicas e físicas.

Como vivemos em um país regido por leis, a mulher não poderia ficar de fora destes direitos. A deputada Rita Camata apud Dantas (2010, p.20), criou a Lei n.º 9.799, de 26 de maio de 1999, acrescentando ao título da primeira seção do atual “Da Duração e Condições do Trabalho” para “Da Duração, Condições do Trabalho e da Discriminação contra a Mulher”.

“A Constituição Brasileira de 1988 é o marco jurídico de uma nova concepção da igualdade entre homens e mulheres. É o reflexo da impressionante transformação social que tomou corpo a partir da segunda metade do século XX e ainda não acabou. Trata-se da superação de um paradigma jurídico que legitimava declaradamente a organização patriarcal e a conseqüente preferência do homem ante a mulher, especialmente no locus da família. Em seu lugar, delineia-se uma ideologia de igualdade de direitos e deveres. Desaparece a figura da chefia da sociedade conjugal e com ela as preferências e privilégios que sustentavam juridicamente a dominação masculina. (CAMATA apud DANTAS (2010, p.20))

Com tantas mudanças ocorrendo, não é de se estranhar o número de mulheres que estão trocando o trabalho doméstico mal remunerado por empregos assalariados, como por exemplo, em grandes indústrias, em busca de uma maior visibilidade e

reconhecimento, visando na maioria das vezes seu crescimento profissional. Aos poucos, torna-se comum a participação feminina no sustento da família, e isto é resultado de lutas por independência e valorização da mulher na sociedade, para que a mesma possa fazer o que realmente gosta e lhe dar prazer, e não algo imposto socialmente.

Existem alguns fatores que talvez contribuam para que estas mulheres estejam ocupando cargos cada vez mais altos, ganhando desta forma mais visibilidade e respeito perante a sociedade machista. A redução de filhos é o primeiro exemplo, pois hoje, graças as políticas de prevenções e informações sobre sexo e doenças sexualmente transmissíveis (DST's), as mulheres estão tendo menos filhos. Antes as famílias eram constituídas comumente por mais de 10 filhos; hoje elas estão querendo no máximo 3 filhos, e isso quando elas querem ser mães. Pude observar esta mudança nas entrevistas realizadas, pois, das dez (10) entrevistadas, apenas uma senhora de 62 anos de idade tinha 4 filhos. De modo geral, a redução de filhos facilitou para as mesmas buscarem aos estudos e qualificações, com mais tempo para si. A grande maioria das mulheres estariam dedicando estas "horas vagas" a busca de novos conhecimentos.

Muitas são as dificuldades encontradas por estas mulheres, pois na busca de uma melhor de condição de vida, muitas deixam seus filhos sozinhos, correndo assim o risco de acontecer algum tipo de acidente ou coisa do tipo, ocupando desta forma a mente destas mães, impossibilitando as mesmas de desempenhar melhor as suas funções profissionais. Para que isso não possa ocorrer, os governos municipal, estadual e até mesmo o federal, necessitam investir mais em creches integrais, escolas profissionalizantes e mais cursos técnicos, para que as mesmas possam ter mais tempo e tranquilidade para se atualizar e se dedicar cada vez mais a sua área. Desta forma todos ganhariam com estes investimentos; a mulher, trabalhando e se especializando no que gosta; seus filhos, estudando em melhores colégios e futuramente com empregos garantidos; os governos, pois todo o ganho adquirido por estas famílias voltam para os cofres públicos através dos impostos pagos; e por fim, os donos das empresas, pois teriam mais lucros, sabendo-se que uma pessoa produz mais quando faz o que gosta.

A falta de qualificação da mão de obra masculina proporcionou o acesso feminino ao mundo do trabalho, permitindo que as mesmas ocupassem cargos que até pouco tempo atrás eram destinados exclusivamente para os homens. Sempre

acreditando que não existem conquistas sem desafios, e nunca com o objetivo de serem melhores a ponto de preencherem os lugares dos homens no mercado, pelo contrário, buscam apenas reconhecimento, valorização e igualdade profissional.

O homem até os dias de hoje, e não sei se futuramente isso mudará, mas creio que seja algo muito difícil, não aceita ganhar menos que uma mulher, e quando se trata da sua companheira, aí que a situação é mais humilhante. Vivemos numa sociedade que é machista, que não aceita o novo e muito menos que uma mulher ascenda ao poder. Nas palavras de Sobral (2011), no poema *Não Vou Mais Lavar Os Pratos*, a personagem do poema narra “Aboli não lavo mais os pratos, quero travessas de prata, cozinhas de luxo e joias de ouro. Legítimas, está decretada a lei áurea”, está decretando a Lei Áurea para si mesma, não suporta mais viver tão oprimida e esquecida, que agora quer usufruir de tudo que antes lhes foi negado, que ela quer ser tratada como madame, e também quer mordomias. A personagem é negra, pobre e mulher, buscando desta forma se libertar destas raízes preconceituosas. Neste mesmo poema em outra estrofe a autora diz quais as mudanças que a educação pode gerar “Agora que comecei a ler, quero entender o porquê, por quê? E o porquê existem coisas. Eu li, e li, e li. Eu até sorri e deixei o feijão queimar... Olha que o feijão sempre demora a ficar pronto, considere que os tempos agora são outros” (SOBRAL, 2011, p.23), e afirma que após começar a ler, ela não queria mais saber de atividades domésticas, o que ela queria agora era entender os por quês das coisas. E ainda deixa claro que os tempos mudaram, que se a mulher de antigamente teriam por obrigação ser prendada e pronta para casar, as mulheres de agora, graças aos estudos, conseguem enxergar novos horizontes para o seu futuro, sem ter por obrigação casar-se e constituir uma família em busca de melhores condições sociais, e sim que elas poderiam encontrar isso nos estudos, porque elas são capazes de tudo, basta determinação e auto confiança.

Para Dantas et al (2010, p.17), nos dias de “hoje o perfil das mulheres é muito diferente daquela do começo do século. Além de trabalhar e ocupar cargos de responsabilidade assim como os homens, elas desempenham as tarefas tradicionais de ser mãe, esposa, e dona de casa”. Isso acontece porque a mulher não deixa o seu lado maternal, carinhoso, atencioso de ser, porque antes de tudo mulher é mulher, é um sexo frágil sim, mais ao menos tempo forte, que consegue superar todos seus limites e obstáculos. Além de conseguir uma autonomia, elas ainda têm suas

obrigações diárias, com duplas jornadas. Ganham menos, mas sempre em busca de conquistar o seu lugar na sociedade e serem reconhecidas pelos seus esforços.

Em muitas áreas de trabalho a mulher está conseguindo mostrar o seu potencial, cargos estes que necessitam de força, inteligência e habilidades, empregos estes que jamais sonhariam ver uma mulher exercendo. Hoje existem mulheres administradoras de empresas, diretoras de escolas, mestres de obras, caminhoneiras, juízas, advogadas, médicas, policiais, jogadoras de futebol, perfurando poços de petróleo, pilotos, eletricitistas, borracheiras, e a mais recente foi presidente da república, entre outras atividades.

Dentre os pobres brasileiros, a maioria são negros e mulheres, que evidenciam as desigualdades de gênero e raça/cor, com dificuldades de alcançar o seu espaço no mercado de trabalho. Os mesmo sentem-se inseguros e com medo do futuro, pois a cada dia que passa, cobra-se cada vez mais em aperfeiçoamentos. Sabe-se que a classe trabalhadora não possui tempo e nem dinheiro para estas possíveis qualificações, ficando desta forma, a mercê da própria sorte para conseguirem um emprego digno, com todos seus direitos assegurados. Estas são umas das inúmeras turbulências vivenciadas por esta classe cheia de instabilidade.

Com uma mão de obra barata e péssimas condições de trabalho, torna-se cada vez mais difícil trabalhar nestas condições. Contando muitas vezes somente com a sorte de mudar de vida, o trabalhador fica estático no tempo, não podendo fazer nada para modificar esta realidade, como por exemplo através de reivindicações, pois o medo de perder o pão de cada dia é maior, ficando assim exposto a sua integridade física.

Ao falar que a classe baixa da sociedade se encontram as mulheres negras, é bom lembrar que 68% das beneficiárias são negras, e as mesmas chefiam e sustentam seus lares sem a figura masculina ao seu lado. Ao todo, são em média 93% de todos os beneficiários em que a chefia da casa está nas mãos de uma mulher, que carrega sozinha o fardo e o fracasso de toda a sua família. São muitas as desigualdades de gênero existentes, vejamos mais a seguir.

2. DESIGUALDADES DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Fazemos parte uma sociedade machista, preconceituosa e racista, na qual as mulheres negras, por causa do tom de sua pele, são impossibilitadas de acessar certos ambientes, restringindo sua presença a espaços domésticos. Nas palavras de Felipe:

Falar em condição de exclusão e de violência para as mulheres implica, por inferência direta, saber das mulheres negras em pior situação! Situação que se evidencia na discriminação salarial; na não oportunidade em cargos gerenciais; no grande número de mulheres no trabalho informal, sem garantias de qualquer condição de bem-estar atual ou futuro; chegando a

ocorrências de assédio moral, sexual, de agressões e violências de toda ordem, incluindo o estupro e o aumento da incidência de doenças sexualmente transmissíveis e da Aids; além do estigma da idade e da “boa” aparência e tantos mais que continuam a excluir as mulheres negras, submetidas a um racismo institucional. (FELIPPE, 2009, p. 16)

Em todas as nações, mesmo que em intensidades diferentes, a sociedade delimita o papel social do homem e da mulher. Também não é difícil observar que ambos ocupam lugares sociais distintos. Nas palavras de Saffioti (1987, p.10) “rigorosamente, os seres humanos nascem machos ou fêmeas. É através da educação que recebem que se tornam homens e mulheres. A identidade social é, portanto, socialmente construída”. Desta forma, nota-se que as exigências sociais para cada sexo são exclusivas, embora esta realidade esteja mudando.

A sociedade investe muito na *naturalização* deste processo. Isto é, tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico à mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com este pensamento, é *natural* que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é *natural* sua capacidade de conceber e dar à luz. (SAFFIOTI, 1987, p. 09)

Costuma-se falar, por exemplo, que o homem é possuidor uma força “bruta” e que a mulher é símbolo de fragilidade. Porém, Saffioti (1987) afirma que, para se medir a força de uma pessoa, dependem diretamente do seu tamanho, peso, estrutura óssea e alimentação. Sendo assim, a mulher em diversos casos pode possuir uma força maior do que a do homem. Além disso, o sexo feminino, quando busca trabalhar fora de casa, além das responsabilidades que terá com o seu trabalho, ela ainda carrega consigo todas as responsabilidades do seu lar:

Trabalhando em troca de um salário ou não, na fábrica, no escritório, na escola, no comércio, ou a domicílio, como é o caso de muitas mulheres que costuram, fazem crochê, tricô, doces e salgados, a mulher é socialmente responsável pela manutenção da ordem na residência e pela criação e educação dos filhos. Assim, por maiores que sejam as diferenças de renda encontradas no seio do contingente feminino, permanece esta identidade básica entre todas as mulheres. (SAFFIOTI, 1987 p. 09)

Na sociedade brasileira, especificamente no interior dos estados nordestinos, o sexo feminino vem sendo tratado de uma forma muito machista, sempre trabalhando dentro de casa, sendo submissa ao companheiro, lavando, passando, cozinhando sem nada ganhar financeiramente por estes afazeres. Alguns veem a mulher apenas como reprodutora “criada” por Deus para procriar, sem poder trabalhar fora, ganhar um salário referente ao que trabalha (em alguns casos ganhar mais do que o companheiro), conseguir sua independência, se vestir, comprar, ir para onde e com

quem quiser. Estes são alguns dos pensamentos que dominam a maioria dos homens e dos mais velhos da sociedade, assim como pelas religiões mais praticadas, perpetuando-se ainda hoje, embora esta realidade esteja mudando, pois há algum tempo a mulher não quer mais “pilotar apenas o pé de fogão”; não quer ser mais vista como frágil e incapaz, que não consegue ir longe sem a presença do “macho”. Hoje ela quer ser agente das mudanças e decisões tomadas em suas vidas, na vida de sua família e até mesmo na vida do seu país.

Segundo Felipe (2009, p.20) “no mundo moderno, as famílias crescem sob a influência das mulheres, embora a hierarquia e o poder social sejam tipicamente masculinos”. Apesar de todo esforço e dedicação para com sua família e seu trabalho, a mulher quase sempre é desvalorizada pelo que faz, pois na grande maioria das vezes o reconhecimento social é somente para o homem.

A história oficial pouco ou nada registra da ação feminina no devenir histórico. Isto não se passa apenas com mulheres. Ocorre com outras categorias sociais discriminadas, como negros, índios, homossexuais. Deste fato decorrem movimentos sociais, visando ao resgate da memória, geralmente não registrada, destes contingentes humanos que, atuando cotidianamente, ajudaram e ou ajudam a fazer história. (SAFFIOTI, 1987, p. 11).

No texto do Daniel Welzer-Lang (2001), sobre “A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia”, o autor afirma que esta identidade masculina de dominação está se modificando, e estas mudanças acontecem graças às lutas objetivas e subjetivas das mulheres e que conta também com o apoio dos estudos feministas que muito vem contribuindo para esta realidade. Na visão do autor, “os homens dominam coletivamente e individualmente as mulheres. Esta dominação se exerce na esfera privada ou pública e atribui aos homens privilégios materiais, culturais e simbólicos” (WELZER-LANG, 2001, p.461). Notamos cotidianamente que os cargos mais altos de uma empresa, que os salários melhores e as mais “pesadas” atividades, ainda estão nas mãos dos homens, e que as mulheres, como já citado, são tratadas sempre como um símbolo de fragilidade e privadas de exercer muitas atividades. Não é por menos que a grande maioria das mulheres negras encontra-se em situação de vulnerabilidade social. A mulher há algum tempo vem lutando por esta igualdade de gênero, buscando seu espaço na sociedade e querendo ser reconhecida pelo que faz.

O próprio sistema reprime a mulher na sociedade, fazendo com que a mesma sinta-se incapaz de desenvolver as suas habilidades, julgando-as o que se deve ou

não fazer e estabelecendo comportamentos às mesmas. O autor nos diz que “a opressão das mulheres pelos homens é um sistema dinâmico no qual as *desigualdades* vividas pelas mulheres são os efeitos das vantagens dadas aos homens” (WELZER-LANG, 2001, 461). Levando para o cotidiano, quando se fala de vantagens, darei como exemplo uma suposta traição. Ora, o homem pode trair a sua mulher na frente de toda a população (isso acontece para a sua mulher ficar sabendo mesmo, e tomam como justificativa, que só procuram na rua o que não encontram em casa), e ficar com quantas quiser, pois dificilmente a sociedade irá julgá-lo; pelo contrário, irá chamá-lo de “gostosão”, “homem alfa”, de “bambambam” entre outros adjetivos machistas. Traição é aceitável quando vem da parte masculina. Mas se esta realidade fosse o oposto, se a infiel fosse a mulher, todos iriam crucificá-la, se possível apedrejá-la, chamá-la de nomes pejorativos e o corno seria sempre o último a ficar sabendo. “Isto deriva do fato de que o adultério, embora legalmente seja considerado crime para ambos os cônjuges, na verdade, só constitui ato criminoso quando praticado por mulheres” (SAFFIOTI, 1987, p.36). E a sociedade sempre consegue uma forma de culpar e punir a mulher por estes atos, excluindo-a do meio social através de atribuições dadas pejorativamente.

Mas, o que me orgulha em ser mulher é saber que estamos sendo reconhecidas e estamos ganhando autonomia. Esta autonomia não está somente ligada ao financeiro, e sim uma autonomia do nosso corpo, da nossa mente e das nossas decisões. Muitas são independentes e com sonhos diferentes, como por exemplo, se realizar profissionalmente, ganhar um ótimo salário, ajudar seus familiares e nem todas pensam em se casar, querem apenas curtir a vida, sem compromissos sérios e sem filhos.

A nossa missão é de colocar “fim às desigualdades de gênero e raça em todo e qualquer nível, em todo e qualquer lugar, em toda e qualquer situação.” (FELIPPE, 2009, p.24). E a solução encontrada pelo o Estado, em busca da amenização de práticas preconceituosas praticadas contra as mulheres, e em especial a mulher negra, são as Políticas Públicas, políticas estas que visam construir uma sociedade mais justa e igualitária entre homens e mulheres, negros e brancos. Cito por exemplo, um programa criado pelo Governo Federal, que beneficia diretamente a mulher, que na grande maioria são a mulheres negras, mas que engloba toda a sua família, fazendo com que estas mulheres ganhem uma certa autonomia dos seus parceiros: o

Programa Bolsa Família. Programa este de transferência de renda, no qual a mulher na maioria dos casos é a titular do cartão. Outro exemplo que posso citar é a Lei Maria da Penha¹³, que penaliza o homem quando comente agressões contra mulheres, entre outras medidas que mostrarei mais adiante.

2.1 Não vou mais lavar os pratos e nem pilotar fogão

A Ciência vem indicando, de forma constante, que a inteligência possui um potencial capaz de se desenvolver com maior ou menor intensidade, dependendo assim, do grau de estímulo que recebe. Segundo Saffioti (1987, p.14) “as maiores probabilidades de desenvolvimento da inteligência está nas pessoas que frequentam muitos ambientes”¹⁴. Levando em conta esta informação, a mulher é privada de desenvolver suas capacidades, quando a mesma permanece confinada nos afazeres de casa e excluída da vida social, dificultando desta forma o desenvolvimento cerebral, afetando-a em sua vida profissional, por falta de oportunidades, qualificações e convívio social.

Levando em consideração que as mulheres negras são as mais atingidas pelas desigualdades, pela fome, pela miséria e por estas privações de capacidade, Gonzalez (1988) apud Felipe (2009, p.27) afirma que “nós, mulheres negras, temos sido faladas, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza”, oprimindo cada vez mais a mulher, não somente na vida pessoal, mais em todas as esferas que a envolve.

As mulheres negras são vistas e tratadas como mães impotentes que estão à margem da vida social, política e econômica, em que a incumbência “natural” da maternidade, e a luta pela sobrevivência de uma prole que está sendo sempre chamada à marginalização, ocupam tanto a sua atenção e sua vida que, conforme essa ótica excludente, cada uma dessas mulheres não tem condição para o desenvolvimento de si mesma. (FELIPPE, 2009, p.25)

Quando a mulher consegue um melhor reconhecimento social, algumas vezes corre o risco de passar por constrangimentos, a fim de permanecer naquele cargo.

¹³ Lei nº 11.340, criada em 07 de agosto de 2006, que foi aprovada por unanimidade no Senado Federal. A Lei recebe o nome de uma cearense de Fortaleza, Maria da Penha, que foi vítima de seu então marido, Marcos Antônio, com um tiro nas costas enquanto dormia, que a deixou paraplégica. O mesmo foi julgado e condenado por duas vezes, mas saiu em liberdade. Retirado de: www.mariadapenha.org.br Acesso em: 11.06.2015

¹⁴ Grifo da autora.

Muitas vezes as mulheres são tratadas como objeto de desejo sexual, reprimidas socialmente por qualquer ação que venha tomar como reação. Sendo assim, alguns padrões veem nesta situação vantagens para tirar proveito, fazendo com que as mesmas sirvam-lhe para matarem suas vontades carnisais.

Segundo Welzer-Lang:

Esta divisão do mundo, esta cosmogonia baseada sobre o gênero, mantém-se e é regulada por violências: violências múltiplas e variadas as quais – das violências masculinas domésticas aos estupros de guerra, passando pelas violências no trabalho – tendem a preservar os poderes que se atribuem coletivamente e individualmente os homens à custa das mulheres. (WELZER-LANG, 2001, p.461)

Muitas destas mulheres se sujeitam a estes abusos com medo de perder o seu trabalho e até mesmo por vergonha, tanto da situação constrangedora vivenciada ou pelo fato de serem taxadas pelas próprias pessoas que as cercam, rotulando-as de fracassadas.

Algumas das conquistas femininas são adquiridas pela metade. Por exemplo, quando chegam a ocupar cargos altos, estas mulheres dificilmente ganharão um salário referente ao que um homem na mesma situação ganharia, mesmo desenvolvendo a mesma função. Para Saffioti (1987, p.23) “quanto mais discriminada uma categoria social, tanto mais facilmente ela se sujeitará a trabalhar em más condições e por baixos salários”. Isso significa que, mulheres, negros, homossexuais são os mais afetados por preconceitos, sujeitos a subalternação e exploração de trabalho por parte da classe patronal, pois a grande maioria que se encontra nestas situações citadas acima possui uma baixa escolaridade e falta de capacitação profissional, embora este panorama esteja mudando.

A grande maioria das mulheres, principalmente carentes, são submissas e dominadas pelos maridos. Passam por situações difíceis, muitas vezes até de agressões e humilhações, porque não conseguem quebrar este ciclo de dependência em relação ao companheiro. Como fala Ciriza (2002, p.223) *apud* Rego e Pinzani (2013, p.195) “a mulher está destinada a viver certo tipo de vida por razão de suas especificidades biológicas e corporais”. Por conta disso, as mesmas passam a viver infelizes, em ambientes que comprometem o desenvolvimento de suas habilidades, sentindo-se incapazes de conseguir êxito nos seus objetivos, pois foram ensinadas desde cedo que a mulher deve ser submissa ao homem. Nas palavras de Saffioti:

Geralmente, a mulher é associada a valores considerados negativos, tais como, emoção, fragilidade, resignação. Tais valores contêm ideias como: a mulher é incapaz de usar a razão; não é capaz de lutar contra ocorrências adversas, já que se conforma com tudo; é insegura. Estes característicos são apresentados como inerentes a mulher, isto é, como algo que a mulher traz desde o nascimento. (SAFFIOTI, 1987, p.34)

Com estas rotulações, a mulher acaba de certa forma coibindo-se da autoconfiança, desistindo de seus sonhos, e não conseguindo encontrar forças para enfrentar estes obstáculos, demonstrando desta forma cada vez mais esta “fragilidade” que tanto a sociedade machista afirma. De uns tempos para cá, a mulher passou a lutar por seus direitos e a não se conformar mais com o que já perdera. Hoje, ela disputa no mercado de trabalho, buscando sempre profissionalizar-se cada vez mais através dos estudos, como concluindo o ensino médio, fazendo um curso técnico e/ou até mesmo cursando uma faculdade em busca de um reconhecimento, de sua autonomia, tanto financeira, quanto individual e do respeito de todos. É importante que vejamos os dados segundo o Censo de 2010. No nordeste, 20,4% dos homens ainda são analfabetos, enquanto as mulheres ocupam 16,9% de analfabetismo. Em nível de Brasil, os homens, segundo o IBGE¹⁵ (2010), possuem 41,1% da taxa de abandono escolar precoce, quanto a mulher possuem 31,9%. Desta forma pode se concluir que mulher possui o nível de escolaridade maior do que o homem, mas não significa que a mesma ocupa os melhores cargos e nem que ganham mais do que os homens.

Esta busca pela liberdade financeira, não é uma luta recente, mais que ultimamente tem ganhado mais força. Segundo Rego e Pinzani (2003, p. 195) a: “libertação da ‘ditadura da miséria’ e do controle masculino familiar amplo sobre seus destinos permite às mulheres um mínimo de programação da própria vida e, nesta medida, possibilita-lhes o começo da autonomização de sua vida moral”. Elas terão o direito de escolher o que elas julgarem ser melhor pra si. E como nem todas conseguem alcançar este patamar, existem aquelas que continuam sendo oprimidas. O PBF complementa de alguma forma através desta renda fixa, devolvendo-as suas dignidades, autoestimas e liberdades pessoais, a partir do momento em que esta mulher possui o cartão em seu nome.

Após a transferência de renda para estas beneficiárias, elas puderam ter uma maior autonomia, e assim “permitiu a algumas mulheres saírem de casamentos

¹⁵ Dados retirados de: <http://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/?loc=0,2&cat=1,2,-2,128&ind=4701> Acesso em: 20.07.2015

difíceis, com isso alcançando maior liberdade individual” (REGO; PINZANI, 2013, p.194). Podemos assim observar que as mudanças ocorridas nas vidas destas mulheres não são apenas financeiras.

Nestes significados da palavra autonomia retiradas do dicionário online¹⁶ diz que “autonomia é um termo de origem grega cujo significado está relacionado com independência, liberdade ou autossuficiência” e “em filosofia, autonomia é um conceito que determina a liberdade do indivíduo em gerir livremente a sua vida, efetuando racionalmente as suas próprias escolhas”. O que quer dizer então que as beneficiárias agora têm vozes e podem usá-las a seu favor. Ora, agora com uma renda fixa, muitas destas mulheres podem quebrar um ciclo vicioso que acontecem em algumas famílias, que é a agressão doméstica, pois, muitas mulheres eram submissas a seus maridos, porque não tinham como se manterem e afirmavam a seguinte frase: “ruim com eles, pior sem eles”. Estas mulheres agora tem poder sobre seu corpo, de decidir se querem engravidar ou não, usar preservativos e até mesmo anticoncepcionais. É desta autonomia que a mulher sente prazer em falar.

Existem diversas formas de dominação. Citarei alguns exemplos como a religião, a política, as classes sociais, a etnia entre outras. Mas aqui quero explorar de uma melhor forma a dominação masculina exercida sobre as mulheres. Esta dominação acontece em qualquer classe social, mas é percebida com maior intensidade nas classes baixas. Como Saffioti (1987, p.8) afirma, “nota-se, claramente, que a *vida de mulher* varia segundo a classe social dos elementos do sexo feminino”. Desta forma podemos notar, que quanto menor a renda própria da mulher, mais dependente ela é do seu companheiro. Percebemos isto em nossas beneficiárias, pois segundo D. Antônia (46) “No início era só meu marido, não tinha outra renda a não ser ele.”

Isto acontece por vários fatores, como por exemplo, a mulher tem que cuidar dos filhos pequenos, da casa e do marido, ficando assim impedida de trabalhar fora. Por conta disso, a mulher depende diretamente do seu companheiro, ainda que por muitas vezes esta mulher seja privada de muitas coisas, como de estudar, ficando assim impedida de exercer um trabalho com uma carga horária menor e um melhor salário, para poder ajudar no sustento de sua família. Outras vezes o marido a impede de trabalhar fora e ganhar mais do que ele, porque sente vergonha de ser “sustentado”

¹⁶ Retirado de: <http://www.significados.com.br/autonomia/> Acesso em: 18.06.2015

pela sua companheira. “Mandar na mulher compensa tamanha perda financeira?” (SAFFIOTI, 1987, p.23). Ao fazer esta pergunta, a autora provocativamente, busca mostrar que ao impedir a mulher de trabalhar, ganhando mais do que o esposo, não somente a mulher sai perdendo, como também o homem, porque de certa forma, esta renda passaria a ser gasta com toda a família, ajudando assim, o marido na hora de pagar as despesas.

Desta forma, muitas mulheres são reprimidas de executarem quase tudo, de estimularem a sua própria inteligência e de poderem ganhar uma maior autonomia. Além da mesma não poder ajudar a manter sua casa e as suas necessidades, todos na família acabam perdendo, por que um salário mínimo não é suficiente para suprir a todas as necessidades de uma família. Sendo assim, a mulher acaba necessitando ainda mais de uma presença masculina ao seu lado, como forma de apoio e fortaleza.

Hoje não somos mais “obrigadas” a nada e podemos expressar nossos sentimentos. Ser mulher antigamente significava casar e procriar. Hoje esta realidade mudou para algumas mulheres. Outras pensam até em ser mães, mas mãe independente, sem precisar da necessidade de ter um companheiro para lhe sustentar financeiramente. Algumas mulheres fazem inseminação artificial, outras apenas engravidam de um homem “qualquer”, sem se importar com a sua presença cotidianamente e muito menos com o que a sociedade vai pensar. Existem muitas mulheres que criaram seus filhos sem ajuda de marido, e que esses filhos são cidadãos de bens. Em alguns casos, o marido a abandonou quando ainda as crianças eram pequenas. Isso significa que diversas famílias brasileiras a chefe da casa, que sustenta, educa e dá carinho é a mulher.

Por outro lado, não é nada fácil para o homem, que sempre foi o responsável por tudo, “perder” esta credibilidade e status social. Porque, embora muitos não se sintam afetados, e acabem aproveitando destas mudanças, para poderem “desfrutar” desta divisão de cargas de responsabilidades, outros ficam vergonhados e até mesmo se sentindo humilhados, por esta situação atual, de estarem “perdendo seu espaço” para as mulheres.

Segundo Saffioti (1987), o homem também sofre pressões tanto quanto a mulher, a autora afirma:

Como, então, exigir de todos os homens que tenham sucesso no campo econômico? Como impor-lhes a necessidade de ganharem seu próprio

sustento e o de toda a sua família? Como responsabilizá-los pelo seu "fracasso"? Sem dúvida, é demasiadamente pesado o fardo masculino de *provedor do lar*. Quantos homens não perdem o desejo de viver em face da impossibilidade de cumprir o destino que a sociedade lhes reserva? Quantos não se tornam alcoólatras ao cabo de um longo período de buscas infrutíferas de emprego? Quantos não se tornam sexualmente impotentes pela impossibilidade de desempenhar sua função de *macho*, segundo reza a cartilha das classes dominantes? Quantos não se tornam violentos, espancando mulher e filhos, em virtude do desespero provocado pelo desemprego? (SAFFIOTI, 1987, p.25)

A situação do homem é tão perigosa e constrangedora quanto a das mulheres. Nos dois casos, existe uma dominação exterior imposta pela sociedade. E perder o cargo de chefe, não está sendo nada fácil para o homem, assim como não está sendo fácil para as mulheres conquistarem um lugar de igualdade. São duas vias opostas, onde em todos os lados um sairá perdendo ou ganhando.

O poder que o homem exerce sobre a mulher foi "natural" durante muitos séculos, não somente na nossa sociedade, e todas as características que o homem possui veio por conta da imposição da sociedade sobre este ser. Sendo impossibilitado de expressar seus sentimentos, excluindo desta forma toda e qualquer qualidade que possa vir a atribuir a uma mulher, o *macho*¹⁷ sempre busca mostrar para todos uma coisa grotesca, dominadora e controladora de toda a situação, pois segundo Felipe (2009) eles não gostam de ser questionados, de ter alguém que ameace a sua estabilidade.

Para Saffioti:

O homem será considerado macho na medida em que for capaz de disfarçar, inibir, sufocar seus sentimentos. A educação de um verdadeiro macho inclui necessariamente a famosa ordem: "Homem (com H maiúsculo) não chora". Quantos homens tiveram que engolir lágrimas diante da tristeza, da angustia, do luto, em nome desta norma de conduta. (SAFFIOTI, 1987, p.25)

Os homens podem até exercer domínio sobre as mulheres. Porém eles são mais dominados pelo o que a sociedade impõe, do que mesmo as mulheres. Os efeitos deste domínio fazem com que os mesmos ponham dificuldades cada vez maiores em aceitar a nova sociedade que aflora, na qual é cada vez mais comum a mulher participar das despesas de casa e muitas vezes assumir esta responsabilidade sozinha, fazendo com que eles sintam-se cada vez mais "prejudicados" e humilhados. É uma das contribuições que se destaca neste plano de inserção a vida social criado

¹⁷ O sentido de macho que usarei aqui, é o lado negativo do homem, é o ignorante, grotesco, que cospe no chão, o ser mal educado.

pelo Governo Federal em relação ao espaço da mulher na sociedade foi a criação do Programa Bolsa Família. Muitas destas mulheres obtiveram pela primeira vez um dinheiro somente “seu”, digo seu, pelo fato que o cartão está em seu nome, dando-lhe um maior empoderamento financeiro.

Pela relevância do Programa Bolsa Família nas vidas de famílias carentes, sigo minhas considerações sobre o programa adiante. Mas primeiramente darei conceitos sobre políticas públicas, mostrando o cenário brasileiro sobre o tema.

2.2 Enfrentando as desigualdades de gêneros: políticas Públicas no Brasil

A população há algum tempo tomou consciência dos seus direitos, exigindo de seus representantes o cumprimento de suas promessas e obrigações. O movimento popular está participando cada vez mais das decisões que o nosso país está tomando. Desta forma, o governo está investindo mais na população e no interesse da maioria esquecida pelo poder público, visando modificar o cenário que estamos vivendo atualmente, tentando desta forma assistir aquela população que há muito tempo estava na retaguarda do país. Para o governo, as políticas públicas juntamente com a educação, é umas das portas de entrada para um futuro mais promissor. Segundo Teixeira (2002), entende-se por Políticas Públicas:

“Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos. (TEIXEIRA, 2002, p. 2)

Sendo assim, Políticas Públicas são ações por parte do Estado, envolvendo recursos públicos, visando um benefício para a comunidade e com um público alvo definido. Segundo o autor “elaborar uma política pública significa definir *quem* decide *o quê*, *quando*, com que *consequências* e *para quem*.” (TEIXEIRA, 2002, p. 2) Significa saber para quem se destina os resultados e benefícios, e se a comunidade participa da elaboração e construção dos projetos. Sabe-se que nem todas as políticas do governo são públicas, embora sejam estatais. Cercada por interesses, as políticas

públicas chegam a ser contraditórias, chegando a confundir a população se é um política pública ou se é privada, coberta de interesses por trás. “Daí a necessidade do debate público, da transparência, da sua elaboração em espaços públicos e não nos gabinetes governamentais.” (TEIXEIRA, 2002, p. 2)

Segundo Teixeira (2002), os objetivos destas políticas são:

As políticas públicas visam responder a demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade, considerados como vulneráveis. Essas demandas são interpretadas por aqueles que ocupam o poder, mas influenciadas por uma agenda que se cria na sociedade civil através da pressão e mobilização social. (TEIXEIRA, 2002, p. 2)

A participação popular é de tamanha importância, pois através destas lutas sociais mostraremos para os governantes uma certa pressão e poderemos também conscientizar a população de que nada que o governo faz é um favor, pois pagamos altos impostos e temos o direito de sermos tratado com dignidade. É preciso que desenvolva alternativas de criação de empregos e rendas para toda a população. Mas que esta renda seja mais igualitária e menos exclusiva.

E para cada objetivo a ser alcançado, existem políticas públicas específicas. Abaixo está o quadro¹⁸ que exemplifica a natureza, os objetivos e definições para cada situação:

Quadro 1: Tipos de políticas públicas:

Quanto à natureza ou grau da intervenção:	Quanto à abrangência dos possíveis benefícios:	Quanto aos impactos que podem causar aos beneficiários, ou ao seu papel nas relações sociais:
Estrutural – buscam interferir em relações estruturais como renda, emprego, propriedade etc.	Universais – para todos os cidadãos	Distributivas – visam distribuir benefícios individuais; costumam ser instrumentalizadas pelo clientelismo;
Conjuntural ou emergencial – objetivam	Segmentais – para um segmento da população, caracterizado por um fator	Redistributivas – visam redistribuir recursos entre os grupos sociais:

¹⁸ Segundo Teixeira, Elenaldo Celso. Políticas Públicas - O Papel das Políticas Públicas, 2002.

amainar uma situação temporária, imediata.	determinado (idade, condição física, gênero etc.)	buscando certa equidade, retiram recursos de um grupo para beneficiar outros, o que provoca conflitos;
	Fragmentadas – destinadas a grupos sociais dentro de cada segmento.	Regulatória – visam definir regras e procedimentos que regulem comportamento dos atores para atender interesses gerais da sociedade; não visariam benefícios imediatos para qualquer grupo.

Muitas vezes entendidas como proteção aos mais fracos, “as políticas públicas são um processo dinâmico, com negociações, pressões, mobilizações, alianças ou coalizões de interesses.” TEIXEIRA (2002, p. 5) Atualmente as organizações não governamentais¹⁹ (ONGs) estão envolvidas neste espaço de lutas e divulgações destes programas de benefícios, em busca de uma melhor condição de vida para a população esquecida pelo Governo. As mesmas buscam conscientizar toda a população para a importância da reivindicação dos nossos direitos.

Segundo Laia:

Observando a história e todas as informações que ela nos fornece, fica óbvio que a construção de uma sociedade democrática, plural e solidária implica assegurar, em condições equânimes, a garantia dos direitos humanos de mulheres de todas as raças e etnias. Do ponto de vista das políticas públicas, as mulheres de um modo geral e especificamente as mulheres negras esperam do Estado estratégias, para que haja uma articulação entre identidade e cidadania, promovendo uma sociedade mais justa, plural e igualitária. (LAIA, 2007, p. 29)

Desta forma, mostrarei a seguir, algumas políticas atuais que beneficiam mulheres brasileiras de modo geral, que buscam garantir uma melhor condição de vida a estas mulheres, devolvendo-as sua autoestima e dignidade.

Quadro 2: Políticas Públicas que beneficiam as mulheres brasileiras²⁰.

¹⁹ Exemplo de ONGs que buscam atender mulheres: ONG de defesa às mulheres, retirado de: <http://defesaasmulheres.blogspot.com.br/2009/09/conheca-lei-maria-da-penha.html> Acesso: 20.07.2015; Fala Preta - Organização de Mulheres Negras, retirado de: <http://www.universodamulher.com.br/m/135/5549/violencia-contra-a-mulher> Acesso: 20.07.2015; Defesa da Mulher, retirado de: <http://www.defesadamulher.com.br/> Acesso: 22.07.2015

²⁰ Quadro representativos de políticas públicas para as mulheres no Brasil, feito pela autora com dados retirados de: MDS - <http://www.mds.gov.br/segurancaalimentar/aquisicao-e-comercializacao-da->

POLÍTICAS PÚBLICAS	OBJETIVO	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
Programa Bolsa Família	Reforçar o acesso aos direitos sociais básicos nas áreas de Saúde, Educação e Assistência Social, para ruptura do ciclo intergeracional de pobreza.	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Política Para As Mulheres: Promoção da Autonomia e Enfrentamento à Violência	Promover autonomia econômica das mulheres urbanas, do campo e da floresta considerando as desigualdades entre mulheres e homens, as desigualdades de classe e raça, desenvolvendo ações específicas e exclusivas e contribuindo para a modificação da desigual divisão sexual do trabalho, com ênfase nas políticas de erradicação da pobreza e na garantia da participação das mulheres no desenvolvimento do país.	Secretaria de Políticas para as Mulheres
Centro de Referência a Mulher	São espaços de acolhimento e acompanhamento psicológico e social a mulheres em situação de violência, que também fornecem orientação jurídica e encaminhamento para serviços médicos ou casas abrigo.	Prefeituras Municipais
Lei Maria da Penha	Esta Lei cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar.	Poder Executivo Federal, estadual e municipal.
Secretaria de Políticas	Fortalecimento de políticas públicas que rompam com paradigmas, ampliem as condições de participação das mulheres no	Governo Federal

agricultura-familiar, SPM - <http://www.spm.gov.br/>, Constituição Federal -
<http://www.institutomariadapenha.org.br/lei11340.pdf>, MDA -
<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/dpmr-doc/sobre-o-programa#sthash.3PxNWuPA.dpuf>;
<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-captec/pol%C3%ADtica-nacional-de-assist%C3%A2ncia-t%C3%A9cnica-e-extens%C3%A3o-rural-pnater#sthash.wfx3wz3R.dpuf>;
<http://clique180.org.br/services/central-de-atendimento-a-mulher-ligue-180> Acesso: 18.06.2015 -
 Frenatrad - <http://www.fenatrad.org.br/site/>; Blog: <http://www.compromissoeatitude.org.br/politica-nacional-de-enfrentamento-a-violencia-contra-as-mulheres/> Acesso: 18.06.2015 -
<http://www.compromissoeatitude.org.br/ouvidoria-da-mulher-spm-pr/> Acesso dia 20.07.2015

para as Mulheres	mundo do trabalho e incidam sobre as dinâmicas de discriminação de gênero e etnicorracial e o fortalecimento de políticas sociais, que contribuem para sua autonomia efetiva, em conjunto com as distintas áreas do governo.	
Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais	Exclusivamente às mulheres do campo e da floresta, são implementadas ações de divulgação e apoio a iniciativas inovadoras e sustentáveis, além da parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário com o objetivo de ampliar e qualificar o acesso das mulheres rurais à produção e às políticas públicas.	Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, em parceria com a SPM/PR e outros órgãos do Governo Federal e com a participação de representações da sociedade civil.
Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural	O PNDTR tem o objetivo de assegurar às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas, o acesso aos documentos civis, previdenciários e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia, visando efetivar sua condição de cidadã, fortalecer sua autonomia e possibilitar o acesso às políticas públicas. Visa também informar e orientar as mulheres sobre a importância da documentação e sobre as políticas públicas da agricultura familiar e reforma agrária, com enfoque especial àquelas destinadas às trabalhadoras rurais.	Parceria entre as Delegacias Federais do MDA e as Superintendências Regionais do Inbra.
Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural	Orientada pelo Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater), a Pnater foi elaborada a partir dos princípios do desenvolvimento sustentável, incluindo a diversidade de categorias e atividades da agricultura familiar, e considerando elementos como gênero, geração e etnia e o papel das organizações governamentais e não governamentais.	Parceria entre as organizações governamentais e não governamentais de Ater e a sociedade civil organizada e instituída pelo Governo Federal
Programa de Aquisição de Alimentos	Possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.	Ministério do Desenvolvimento Social
Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça	Tem por objetivo promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres e entre brancas/os e não-brancas/os nas organizações públicas e privadas e instituições, por meio do desenvolvimento de novas concepções na	Ministério do Trabalho e Emprego

	gestão de pessoas e na cultura organizacional.	
Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas	A Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) é uma associação formada por 26 sindicatos e mais uma associação. Ela representa uma categoria formada por, aproximadamente, 7,2 milhões de pessoas no Brasil. [...] Essa união entre as entidades é chamada de “organização de classe”. Essa organização é importante para que as mulheres e homens que desenvolvem trabalho doméstico tenham os mesmos direitos que outros trabalhadores: carteira assinada, férias remuneradas, FGTS, dentre outros.	Sindicado das Trabalhadoras Domésticas
Central de Atendimento a Mulher - Ligue 180	Número de utilidades públicas que oferece uma escuta qualificada, informa, auxilia, orienta e encaminha a mulher para serviços de Rede de Atendimento mais próximos. Funciona 24 horas por dia, sete dias por semana. A ligação é gratuita e pode ser feita de qualquer parte do país, de telefone público, telefone fixo ou celular, mesmo sem crédito.	Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República.
Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres	A Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres tem por finalidade estabelecer conceitos, princípios, diretrizes e ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres, assim como de assistência e garantia de direitos às mulheres em situação de violência, conforme normas e instrumentos internacionais de direitos humanos e legislação nacional.	
Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência	A Rede de Atendimento reúne ações e serviços das áreas da assistência social, justiça, segurança pública e saúde, integrando a Rede de Enfrentamento, ao contemplar o eixo de assistência previsto na Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres. Buscando a identificação e encaminhamento adequados das mulheres em situação de violência e a integralidade e humanização da assistência, a Rede de Atendimento é composta por serviços especializados, como os Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), e não-especializados, como os	

	Centros de Referência de Assistência Social (CRAS).	
Casa da Mulher Brasileira, no âmbito do Programa Mulher Viver sem Violência	Prevê a existência de um serviço de promoção de autonomia econômica, com atendimento personalizado para mulheres em situação de violência que se encontrem também em situação de dependência econômica. O serviço prevê a identificação de alternativas e encaminhamento prioritário das mulheres atendidas a diversos programas e ações governamentais, das três esferas de governo, entre elas o acesso a crédito.	
“Cidadania e Autonomia: Integração de Políticas Públicas para Mulheres Rurais”.	Seu objetivo é contribuir para ampliar o acesso a políticas públicas e fortalecer organizações produtivas de mulheres rurais, por meio do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais e do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, coordenados pelo MDA, em parceria com a SPM/PR e outros órgãos do Governo Federal e com a participação de representações da sociedade civil.	
O Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM)	Fruto de diálogo permanente entre governo e sociedade civil, esse instrumento reforça o princípio de que em um Estado plenamente democrático a condição da participação social, sobretudo das mulheres, é constitutiva de todas as fases do ciclo das políticas públicas.	
Ouvidoria da Mulher (SPM-PR)	A Ouvidoria da <u>Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM-PR)</u> foi criada, no ano de 2003, por meio do Decreto nº 4.625, de 21/03/2003, com o objetivo de tornar-se um canal estratégico de diálogo entre a SPM e as mulheres brasileiras.	Governo Federal

E uma forma de nos conscientizarmos é através da educação, que poucas pessoas tiveram a oportunidade de usufruir a menos de um século atrás. Não é de hoje que a educação brasileira não é prioridade do Estado. Desde a implantação da

Lei Eloi Chaves²¹ na década de 1920, priorizaram a previdência social em detrimento à educação. Mesmo que o emprego do excedente previdenciário venha a contribuir para o aumento dos níveis de profissão, beneficiando a população adulta economicamente ativa e não, unicamente, aos idosos, não justifica esta escolha.

Mas a educação é o pilar de todas as mudanças sociais. É através dela que muitos seres humanos conseguirão mudar a sua realidade social. Porque o conhecimento é a porta de todos os mundos nos quais buscamos viver. Partindo deste pressuposto, analisaremos as políticas públicas pelo viés da educação. Estou falando do Programa Bolsa Família, que buscaremos conhecer melhor este programa e a quem ele busca atender.

Uma forma de combate à pobreza e a desigualdade social foi encontrada pelo governo, através de criação de programas e políticas públicas. Um exemplo que se pode citar é do Programa Bolsa Família do Governo Federal, que está em vigor há quase 12 anos. Muitas foram as transformações ocorridas durante este tempo, mudanças estas sentidas não só pelas beneficiárias, como também pelos comerciantes e notadas nos índices de diminuição da pobreza. Segundo Moreira Gabriel et al:

O programa Bolsa Família foi à unificação de quatro grandes programas Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Bolsa Alimentação e Auxílio-Gás, cuja focalização era o mesmo grupo de famílias pobres. O objetivo principal na unificação era eliminar ineficiências e duplicidades nas funções administrativas e atender todos os membros da família, assim como melhorar a qualidade do gasto público nas políticas sociais. (MOREIRA et al, 2008, p. 04)

O objetivo para unificar os quatro projetos, foi à necessidade de eliminar a ineficiência de atendimento, pois, uma das mais difíceis decisões é selecionar e direcionar aos indivíduos que mais precisam. Buscaram atender e orientar a todos da família, para que todos os membros consigam ganhar com essa unificação. Além do Bolsa Família ser um programa que utiliza formas de seleção para seus beneficiários,

²¹ A Lei Eloi Chaves publicada em 24 de janeiro de 1923, é a mãe da Previdência Social no Brasil. Consolidou a base do sistema previdenciário brasileiro, com a criação da Caixa de Aposentadorias e Pensões para os empregados das empresas ferroviárias. Após a promulgação desta lei, outras empresas foram beneficiadas e seus empregados também passaram a ser segurados da Previdência Social. Retirado de: <https://www.mendesprev.com.br/informacoes/banco-de-noticias/201> Acesso em: 21.04.2015

o Governo utiliza-se de outros programas para complementar as suas ações como o Projovem, o Primeiro Emprego, Brasil sem Miséria, o PETI entre outros.

O programa conta com a ajuda do Cadastro Único para coletar informações sobre toda a população do município. São dados como socioeconômicos, se os filhos estudam, se estão com as vacinações em dias entre outras. Segundo Moreira et al (2008, p.4) “embora o PBF possua uma estrutura dimensional que possibilite a redução da pobreza, a eficácia de suas ações depende em grande parte da qualidade e da confiança das informações que são disponibilizadas.” Sendo assim, a população tem uma grande parcela de responsabilidade e deve tratar com seriedade e respeito na hora da entrevista. É através da consciência cidadã que se poderá atender aquelas famílias que estão abaixo da linha da miséria.

Um dos objetivos do Programa Bolsa Família é a erradicação da pobreza no Brasil. Usando a estratégia de redistribuição de renda, o programa busca resgatar estas famílias beneficiárias da situação de vulnerabilidade que se encontram. Segundo as palavras de Engres Mocelin et al:

Tendo como objetivos assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional, contribuindo para a erradicação da extrema pobreza e para a conquista da cidadania pela parcela da população mais vulnerável à fome. (MOCELIN, 2010, p.1)

Acabar com a fome e a miséria não é nada fácil, mais após a criação do programa, o Governo Federal já obteve alguns resultados em relação à diminuição da pobreza. Muitos são os números de famílias que vivem em estados precários, que sobrevivem apenas deste dinheiro e de outros programas já citados oferecidos pelo governo. Na Constituição de 1988, todos os cidadãos tem direito à saúde, educação e moradia. E a criação do programa foi a melhor forma encontrada pelo governo atualmente para se amenizar este problema que há séculos nos cercam. O mais importante de todas estas políticas públicas voltadas para as mulheres é que estas guerreiras voltam a confiar em si, a terem amor próprio e saberem que elas são capazes de tudo, que o que impedem delas progredirem é a falta de oportunidade e descaso do poder público que vem de muito tempo.

3. AUTONOMIA E EMPREENDEDORISMO FEMININO EM REDENÇÃO/CE

Muitas opiniões existem a respeito do Programa Bolsa Família, opiniões estas contra e a favor do Programa. Afirmações positivas, como as de que o Programa mudou a cara do país, que as mulheres obtiveram créditos abertos e passaram a fazer parte do mercado consumidor, a qual antes eram impossibilitadas de fazerem parte, como também críticas de que estas beneficiárias ficaram inercias no tempo, a espera somente de “esmolas” do Governo atual, rotulando-as preconceituosamente de vagabundas entre outras palavras pesadas que jamais deveriam ser direcionada a uma mulher.

Estes exemplos preconceituosos não condizem com a realidade de todas as beneficiárias, como se costuma generalizar. Existem diversas mulheres que fazem o que podem para ajudar no complemento da renda familiar, como por exemplo, fazem “bicos” como lavagem de roupas, faxinas, manicure, babá entre outros serviços informais, recebendo um valor irrisório pelo trabalho prestado, para complementar a renda mensal de sua família.

Nas entrevistas realizadas entre as beneficiárias e os comerciantes, pôde-se notar que estes preconceitos estão enraizados dentro de cada um, até mesmo dentro das beneficiárias. As dúvidas são várias, e como não sabem do que de fato o

Programa exige, aonde se chega a conversa é a mesma: “fulana de tal só pensa em ‘fazer minino’” pra receber mais. Quase todos os comerciantes afirmaram que isso acontecia. Ora, o que podemos notar é que o Programa deve ser esclarecido para todas as esferas, e deve ser acompanhado de perto, para que haja uma maior fiscalização e denúncia. Denúncia esta de que existem pessoas que são beneficiárias do BF e não necessitam desta ajuda do Governo. Pessoas assalariadas, por exemplo, que estão tomando a vaga de uma pessoa que realmente precisa. Mas segundo Bichir (2010, p.126) “cada vez mais se reconhece que o PBF é um programa bem focalizado e com cobertura de grande fôlego”. Os autores Medeiros, Soares e Britto (2007) apud Silveira (2014, p.45), defendem que a maioria das críticas que apontam erros de inclusão são baseadas em situações casuísticas, e não em “análises empíricas generalizáveis e sistemáticas.”

Os erros são inevitáveis, afinal estamos falando sobre um programa de nível nacional de comprovada eficiência. Desta forma sabemos que não dá para apontar casos isolados para tentar manchar o programa negativamente. O BF está conseguindo atender satisfatoriamente o seu público alvo e conseqüentemente diminuindo a pobreza.

Mas enfim, nas conversas realizadas entre as beneficiárias, quase todas exerciam algum tipo de atividade, como por exemplo, professora na rede particular. Porém as mesmas me pediram para não colocar esta informação na entrevista, pois elas têm medo de perder o benefício. Mas houve uma dona de um comércio da região, a qual tive a honra de entrevistá-la, que é vendedora ambulante, que popularmente falando “meteu as caras” e enfrentou todas as dificuldades existentes e até mesmo o medo de sair do Programa, para complementar a sua renda, afinal a mesma ficou desempregada e investiu todas as economias da família para montar este negócio. Dona Eliza, acorda todos os dias às 4h da madrugada, e desce juntamente com o seu marido, e seus dois filhos pequenos, para venderem merenda na praça principal da cidade. Todos os dias a sua rotina é esta. Acorda as 3h da madrugada, prepara o café, o caldo, o leite e seu carrinho de mão, para então ir na casa do fornecedor de tapiocas e das esfirras, para depois se dirigir até a praça principal, seu ponto de venda. Fica vendendo até meio dia. Neste período, seu marido e seu filho de 13 anos, vão juntos de porta em porta oferecer o seu produto até vender todos. Ao voltarem, vão

às pressas para casa, pois a dona Eliza ainda precisa fazer o almoço, banhar as crianças e levá-las para a escola.

Esta rotina não é nada fácil, mas é preciso para poderem comer melhor. A mesma afirma que a renda do BF não é suficiente para se manterem mensalmente, “mas ajuda”, afirma. Esta mulher é uma entre as milhares que existem em Redenção e Brasil fora. Seus filhos estão devidamente matriculados e frequentando as aulas, ela e o marido não possuem uma renda fixa, e estão vivendo numa instabilidade financeira, pois nem todos os dias conseguem vender tudo o que oferecem.

Existem pessoas também como a dona Ellen (28)²², que conseguiu romper com o ciclo de dependência do Programa. Foi durante anos beneficiária do BF, e hoje já não recebe mais, pois tanto ela quanto o seu marido possuem uma banca na feira há mais de 3 anos, e talvez a renda que ganham seja suficiente para se manterem e não necessitem mais da “ajuda”²³ do Governo, ou talvez seja outro motivo, pois ela me informou que nunca foi saber qual o motivo de ter sido desligada do Programa. Se dona Ellen não foi em busca de uma solução, dá a entender que não necessita mais desta “ajuda”.

Buscar um meio de vida, no qual se ganhe bem e seja seguro, como por exemplo, trabalhar de carteira assinada, com seus direitos assegurados, décimo terceiro e férias é o sonho de todo mundo; afinal, quem não quer ganhar um salário referente ao seu trabalho prestado? Mas o medo, a desqualificação e a falta de oportunidade, impede de muitas pessoas investirem em seus sonhos, e estas pessoas são principalmente as mulheres. É dever do governo qualificar estas famílias para o mercado de trabalho, através de cursos entre outras possibilidades.

Veja bem, existem várias mulheres que trabalham fora de casa, passam o dia todo no batente, lavando, limpando, passando, cozinhando, cuidando dos filhos dos outros, aguentando abusos e humilhações para muitas vezes receberem um valor irrisório, pois é muito difícil em um interior do Estado uma empregada doméstica receber mais do que R\$ 300,00 como “salário”. Para quando chegar em casa ter que

²² Ellen (28), é feirante em Redenção. A mesma é ex beneficiária do BF. Ver entrevista em anexo.

²³ Para Dona Ellen, a Programa Bolsa Família é uma ajuda do Governo Federal.

fazer todos estes serviços novamente, além de educar e cuidar de sua família. Desta vez, nada recebe em relação a salário. Vida de mulher não é nada fácil!

O mais interessante é a força de vontade que estas mulheres tem de vencer na vida. E esta esperança é depositada e investida toda em seus filhos, pois em todas as entrevistas realizadas com as beneficiárias, elas afirmaram que o que elas esperam do futuro é que seus filhos estudem e possam ser alguém na vida. Que eles possam futuramente dar um retorno para elas e que eles sejam pessoas do bem.

Agora, vamos conhecer melhor o Projeto de pesquisa “E agora falamos nós: mulheres beneficiárias do Bolsa Família - Redenção/CE”, que durante toda esta monografia vinha sendo falado e mostrado através de trechos das entrevistas.

3.1 “E agora falamos nós: mulheres beneficiárias do Bolsa Família - Redenção/CE”

O Projeto de pesquisa “E agora falamos nós: mulheres beneficiárias do Bolsa Família - Redenção/CE” nasceu de uma conversa entre a professora doutora Vera Rodrigues e sua então aluna Fátima Silveira, na qual a duas chegaram a uma conclusão da importância de se estudar as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na cidade de Redenção. Para Rodrigues (2014) “o projeto se enquadra e visa contribuir para a formulação de políticas públicas municipais e para a temática sobre desigualdades de gênero”.

Segundo a autora:

O Projeto de pesquisa “E agora falamos nós: mulheres beneficiárias do Bolsa Família - Redenção/CE” visa problematizar as relações entre condição social (pobreza), gênero e raça/cor, por meio de um estudo antropológico realizado com mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família no município nordestino de Redenção. O objetivo principal será analisar os processos de construção de uma autonomia feminina para além da esfera socioeconômica, mas evidenciando também as esferas familiares e públicas como espaços de interação social, conflitos, desigualdades e luta por direitos. (RODRIGUES, 2014)

A autora, desde o ano de 2008, é pesquisadora na área de política de desenvolvimento social e combate à fome. Sua primeira pesquisa foi intitulada

“Diversidade e Proteção Social: estudos quanti-qualitativo das populações de Porto Alegre: afro-brasileiros; crianças, adolescentes e adultos em situação de rua; coletivos indígenas e remanescentes de quilombos”²⁴. A sua segunda experiência foi em 2012, por meio do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) “Avaliação da Situação de Segurança Alimentar e Nutricional em Comunidades Quilombolas Tituladas”. Sua pesquisa mais aprofundada foi durante o período do doutorado em antropologia social, partindo da discussão sobre políticas de reconhecimentos e a demanda política de populações negras por direitos culturais e territoriais no Brasil e na Colômbia. Após esta caminhada, surgiu então a elaboração o Projeto “E agora falamos nós: mulheres beneficiárias do Bolsa Família em Redenção/CE”, que segundo Rodrigues “busca contribuir para a construção de conhecimento direcionado a subsidiar com elementos teóricos e empíricos as políticas públicas pautadas na universalização dos direitos sociais e atendimento à promoção da inclusão social e igualdade de gênero.

Analisando a dimensão do Programa Bolsa Família em seus 11 anos de implementação, através de seus resultados analisados no decorrer deste trabalho, e o investimento que o governo faz ao mesmo, sendo de R\$ 84,260 bilhões destinados ao programa, o mesmo ocupa o 14^o lugar em maior volume de recursos entre os 65 programas, nos leva a pensar que este projeto possui uma boa estrutura e elaboração, conseguindo alcançar o seu objetivo que é o combate e redução da pobreza.

A cidade de Redenção, segundo os dados do IBGE (2010), possui uma população de 26.423 habitantes, a maioria vivendo em área rural. Redenção não possui um conselho municipal dos direitos da mulher²⁵, órgão responsável na normatização e fiscalização de políticas relativas aos direitos da mulher, através de debates entre vários setores da sociedade, dificultando o debate sobre as questões de gênero na comunidade. O único órgão que a cidade possui específico à mulher é o Centro de Referência da Mulher (CRM), que atende mulheres vítimas de agressões físicas, psicológicas e emocionais por seu companheiro. O CRM conta com o apoio da Polícia Militar de Redenção, em caso de agressões físicas com flagrante, através de denúncias e medidas preventivas. Recebe também o apoio do CRAS, através dos

²⁴ Pesquisa realizada no âmbito do convênio realizado entre FASC- Fundação de Educação Social e Comunitária (Porto Alegre/RS) e Universidade Federal do Rio Grande do sul, através do LABORS- Laboratório de Observação Social vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Sociais.

²⁵ Retirado de: www.saocarlos.sp.gov.br Acesso em: 21.07.2015

dados gerais da família, como por exemplo, se a vítima é beneficiária do PBF. O CRM possui atendimento psicológico, visitas domiciliares e acompanhamento de casos, com possíveis intermediações de conflitos. Porém, os dados que o CRAS oferece são vagos em relação à mulher, pois o acompanhamento feito por eles são apenas de mulheres gestantes, desta forma a priorização da mulher pela ótica reprodutiva compromete olhares críticos sobre outras esferas da vida feminina como educação, trabalho, além de contribuir para a manutenção de um padrão de relações de gênero pautado pelas desigualdades, Cfêmea (2011) *apud* Rodrigues (2013).

A cidade de Redenção²⁶ foi a pioneira na libertação dos escravos trazidos da África para cá, em 1883. Segundo a história local, foram libertados 116 escravos. Após a libertação, os mesmos esvaeceram, segundo conta a memória coletiva redencionista. Mas o fato que chama a atenção de todos que chegam na cidade é um monumento erguido bem na entrada da cidade chamado de “Negra Nua”²⁷. É uma imagem de uma mulher negra, nua, de joelhos com as mãos erguidas para o alto como em agradecimento à liberdade recebida (Rodrigues, 2013).

É uma imagem sem nome, sem referências que perpassa apenas os limites do entendimento de que teria sido uma escravizada que ao deixar morrer o filho do seu senhor (devido a uma queda) teria sido mutilada (seio cortado) e após, queimada e enterrada viva na senzala da casa-grande. (RODRIGUES, 2013)

Poder abordar fatos ocorridos na região e relatá-los neste trabalho é gratificante, pois podemos criar um espaço de discussão sobre estas e outras histórias sobre violência contra a mulher ocorridas aqui em Redenção, buscando criar um senso crítico a respeito deste assunto. Ao invés de tapar o sol com a peneira e fingir que nada acontece com nós mulheres, pois a todo instante somos silenciadas e obrigadas a comungar com uma sociedade machista e excludente, podemos pensar em soluções que levem à conscientização e à quebra deste paradigma que prevalece sobre a mulher.

Vários são os preconceitos profanados contra as beneficiárias do BF, preconceitos estes já citados na introdução do capítulo e no decorrer do trabalho.

²⁶ A cidade de Redenção utiliza deste acontecimento histórico como Market e venda de sua imagem, não é à toa que quase todas as suas ruas, avenidas, supermercados, praças e museus estão relacionadas a este fato histórico.

²⁷ A imagem da “Negra Nua” é comercializada em doces e cachaças produzidas na cidade e vendidas para todo o Brasil.

Porém, antes de julgá-las, as pessoas que assim pensam deviam atentar-se para a realidade vividas por estas mulheres, afinal as mesmas fazem parte de categorias que devem ser levadas em conta como raça/cor e gênero, já que a pobreza tem cor no Brasil, formatando o quadro da vulnerabilidade social a ser rompido, combatido via programas como o Bolsa Família, que de acordo com dados do CRAS, distribuem-se em termos de raça/cor como brancas (123); pretas (45); pardas (3753) e indígenas (01). (Rodrigues, 2013)

A proposta do projeto “E agora falamos nós: mulheres beneficiárias do Bolsa Família em Redenção/CE” caminha lado a lado com o papel institucional da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (Unilab), pois a mesma busca contribuir na construção do perfil social a qual está inserida, através da participação da comunidade interligados a realidade local no aspecto interdisciplinar e valorativo. A Universidade conta com o apoio dos núcleos de Políticas de Gênero e Sexualidades e de Pesquisa de Estudos Africanos e Afro-brasileiros, em busca de um maior esclarecimento e apoio as vítimas. Desta forma “realizar esse projeto significa não só contribuir para a produção de conhecimento, mas também para a relevância social do combate às desigualdades de gênero e raça/cor em interface com a pobreza.” (Rodrigues, 2013)

Segundo Rodrigues:

A partir do entendimento que o Programa Bolsa Família pode ser lido na chave das políticas de reconhecimento, conforme problematizado por Charles Taylor, Axel Honnet e Nancy Fraser, por propor medidas que tanto passam pela ideia de reconhecimento identitário (gênero) e distribuição de recursos (renda e/ou benefícios socioeconômicos) propomos analisar as rupturas e continuidades no processo de autonomia social das mulheres beneficiárias do Programa. Esse processo levará em conta as dinâmicas de interação social no âmbito familiar e público, que desvelem se houve e em que medida deslocamentos dos lugares de inclusão/exclusão, visibilidade/invisibilidade social e subalternidade/agência que promovam a condições paritárias de vida social em detrimento das desigualdades fundadas em gênero, condição social (pobreza) e raça/cor. (RODRIGUES, 2013)

Queremos ouvir a voz destas mulheres, queremos saber quem são elas através delas mesmas. Buscamos nos diálogos que tivemos deixá-las à vontade para falarem o que queriam, pois nossa intenção naquele momento era saber sobre a sua vida, sobre os fatos importantes que haviam marcado no seu passado, saber o que as mesmas esperavam do futuro e mais ainda, como elas se sentiam após passarem a

ser beneficiárias, como se modificou a relação com o seu parceiro ou se a mesma hoje se sentia mais confiante em possuir um cartão em seu nome.

A sociedade atribui diferenças culturais entre homem e mulher, resultando em divergências construídas e tendo como base as determinações biológicas, feminino e masculino. Isso significa dizer que só por ser mulher e ter o símbolo de “fragilidade”, a mesma é impedida de realizar certas atividades que perante a sociedade é realizada pelo macho. E se a fêmea insistir em realizá-la, é tachada por inúmero insultos preconceituosos e machistas, como por exemplo, “mulher macho”, “sapatão”, “Maria João” entre outros.

É alarmante a situação a qual nós mulheres estamos vivendo, pois a cada 15 minutos uma mulher é estuprada no Brasil²⁸. De acordo com o Sistema Único de Saúde (SUS), 5.312 pessoas foram vítimas de estupros em 2012. A cada 2 horas uma mulher é assassinada no país. Somente o SUS recebe duas mulheres por hora vítima de abuso. Até quando vamos ser alvo de realizações sexuais e machistas? Até quando teremos que calar nossas vozes com medo do pior? Até quando teremos que ser submissas aos nossos companheiros?

Está mais do que na hora de desconstruir estes mitos impostos há tantos séculos. Pois afinal, é comum a mulher hoje exercer o papel de pai e sustentar sozinha a sua família. Atualmente o papel masculino já não é mais tão forte, presente e necessário nas famílias brasileiras. Não é à toa que o PBF busca priorizar como titular do cartão a mulher, pois afinal são elas que na maioria dos casos tomam para si a responsabilidade total dos filhos. Não somente neste sentido de sobrevivência, mas o BF possibilitou à estas mulheres o rompimento de ciclo de agressões, quebrando desta forma a dependência total do seu companheiro financeiramente, dando-lhes mais segurança e autonomia do seu corpo. Rompendo também todos os preconceitos existentes em relação ao programa como já citado anteriormente.

A coleta de dados foi realizada com 70 (setenta) mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família na região serrana de Redenção, em Piroás, na sede e no Outeiro. Nestes locais, na grande maioria, estas beneficiárias identificam-se como pardas. Entendem o Programa como uma ajuda do governo, reconhecendo que o valor do benefício é baixo, mas que através dele elas obtiveram uma estabilidade

²⁸ Todos os dados aqui relatados foram retirados de: <http://www.defesadamulher.com.br/> Acesso: 22.07.2015

financeira e deviam agradecer por aquela. A respeito dos preconceitos existente acerca do PBF e das próprias beneficiárias, estas mulheres nos informaram que não pretendiam ter mais filhos, segundo ao relatório final do projeto:

Em relação ao número de filhos, algumas citaram algo interessante: “sem bolsa família ou com bolsa família, meu filho vai estudar.” Isso indica que para elas era muito importante que seus filhos estudassem para melhorar de vida e assim ter oportunidades que não tiveram. A maioria não pretendia ter mais filhos, só “se Deus mandasse”. Isso corrobora recente pesquisa do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística sobre a estabilidade no número de filhos entre as beneficiárias do PBF, contrariando a pré-noção de estímulo ao aumento do número de filhos ocasionada por programas de transferência de renda. (RODRIGUES, 2015)

O que estas mulheres desejam é realizar seus sonhos, como conseguir um emprego e concluir seus estudos. O que estas mulheres precisam é de oportunidades, incentivo e autoconfiança. Desta forma, entende-se que ainda é preciso investir no tema da cidadania e direitos das mulheres.

Finalizo mostrando uma frase que li em uma de minhas pesquisas “O que é ser mulher? É estar antes do ontem e depois do amanhã. É correr atrás das nuvens num dia de sol. É acreditar quando ninguém mais acredita. É ser mãe dos seus filhos... Dos filhos dos outros. É amá-los igualmente. É entender as fases da lua por ter suas próprias fases.”²⁹

3.2 As entrevistas: um olhar de dentro da realidade

A pesquisa teve um caráter qualitativo, através de entrevistas abertas, utilizando apenas um roteiro de questões. Foram conversas longas e atentas nas falas, deixando as beneficiárias livres para desabafar. Não é por menos que muitas vezes as perguntas chegaram a ser parecidas, exigindo repetições e voltas frequentes nos assuntos, para que os entrevistados sintam-se cada vez mais seguros na hora da resposta.

Digo entrevistados, pois se tratam de entrevistas realizadas com as beneficiárias do Programa Bolsa Família na cidade de Redenção/CE, e com alguns comerciantes locais. Comerciantes estes do ramo alimentício, vestuário, eletrodoméstico, farmacêutico, feirantes, entre outros. Na grande maioria das vezes, quem nos respondiam as perguntas eram seus funcionários, ali mesmo no local e

²⁹ ONG de Defesa às Mulheres Retirado de: <http://defesaasmulheres.blogspot.com.br/> Acesso: 20.07.2015

horário de trabalho. Isso acontecia, porque quase sempre o patrão não estava presente no estabelecimento e seus funcionários não sabiam responder quando e como podíamos entrar em contato com o mesmo. Ao todo, totalizaram-se 20 entrevistas³⁰, sendo 10 entrevistas com as beneficiárias e mais 10 entrevistas com os comerciantes.

Estar em campo é uma experiência muito gratificante, pois vamos pôr em prática tudo o que aprendemos na teoria. E quando o campo se trata de pessoas, e estas pessoas são reprimidas perante a sociedade, a situação ganha novos obstáculos, exigindo cada vez mais do pesquisador. Foi muito prazerosa cada conversa, pois cada palavra dita, cada sorriso nos lábios e cada gota escorrendo no rosto, é suficiente para lhe encher de experiências que você muitas vezes nem vivenciou, mas que pode um dia acontecer ou não, responder suas dúvidas e encher a sua vida de motivos para nunca desistir.

O lado difícil, no qual busquei não cometer equívocos, foi na questão do envolvimento com estas mulheres. Envolvimento este que para mim significa se apropriar da história de vida de cada entrevistada, a ponto de opinar o que elas deveriam fazer ou não em suas vidas, pois afinal eu estava em suas casas para ouvi-las e não para aconselha-las. Outro fator que busquei não fazer foi induzir as mesmas em nenhuma resposta, eu expliquei quantas vezes necessitou para cada uma, de forma clara e objetiva, mostrando sempre diversas possibilidades de resposta, e deixando-as livres, para falarem o que tinham vontade. Antes de cada entrevista, busquei fazer uma lavagem cerebral em mim mesma, para não chegar querendo ouvir certas respostas, e ouvir outras completamente diferentes, e sair de lá decepcionada ou constrangida.

Saber ouvir foi o maior aprendizado, pois em cada história, consegui reviver cada dor que aquelas mulheres já sofreram, como também cada alegria vivenciada. Mulheres simples, batalhadoras e que nunca desistiram, tudo em prol de sua família. Isso me toca muito, porque as histórias destas mulheres eu conheço bem, pois conheci de perto uma preta deste estilo de vida, que criou seus oito filhos, com a ajuda de seu marido, mas que derramava mais suor do que ele, pois sua jornada de trabalho

³⁰ As entrevistas realizadas com os comerciantes, não existe relação com o Projeto “E agora falamos nós: mulheres beneficiárias do Bolsa Família - Redenção/CE”. Estes entrevistas foram realizadas entre os dias 08.07.2015 e 09.07.2015, no horário comercial, na cidade de Redenção/CE.

era dupla, dentro e fora do seu lar. Durante muito tempo, trabalhou em casa de família, cuidando de crianças e da casa. Esta preta é Dona Hosana, a minha mãezinha, que também é beneficiária do PBF desde sua implantação. Eu a vi comprar os melhores móveis que a minha casa possuiu com este dinheiro, como fogão, geladeira, mesa, cadeiras entre outros objetos pessoais, fora que este dinheiro muitas vezes era a única renda durante todo o mês, pois meu pai, que ainda hoje vive de “bicos”, não possuía uma renda fixa, e que muitas vezes durante o inverno chegava a não dar um dia de serviço.

Antes do BF, pode-se dizer que a situação em minha casa era precária, pois a maioria dos meus irmãos eram menores de idade e não trabalhavam, e os mais velhos, que tiveram que ir trabalhar desde criança para ajudar no sustento, mal podiam usufruir daquele dinheiro que deram duro para conseguir, pois eles tinham por obrigação ajudar dentro de casa.

O período mais crítico naquela época foi quando minha mãe teve que parar de trabalhar por problemas de saúde, e passamos a depender diretamente do meu pai. Muitas vezes ele saía atrás de serviço em outra cidade, passando muitos dias fora de casa. Dias difíceis! E minha mãe não podia fazer muita coisa, pois afinal ela só estudou até a 4^o série e não tinha com quem deixar seus filhos para ir atrás do trabalho. Meu irmão mais velho, não conseguiu concluir o ensino fundamental. Era uma vida cheia de instabilidades financeiras, muitas vezes tínhamos que optar em comer ou pagar contas como água e luz, chegando muitas vezes a ficar no escuro porquê de barriga vazia não dava. O BF devolveu-nos a dignidade de podermos ter todos os dias as refeições diárias, e com o passar do tempo, conseguir comprar outros bens materiais necessários para uma casa.

Poder relatar um pouco da mudança que o BF proporcionou em minha família é uma forma de reconhecimento, porque ele mudou não somente a vida da minha família, mais de milhares de famílias brasileiras. Falar de minha mãe³¹ aqui não é fácil, afinal estou expondo as nossas vidas para todos, mas quando ela relata a sensação que sentiu após receber um cartão em seu nome é de encher de lágrimas os olhos e impossível guardá-lo somente para mim.

³¹ Dona Hosana mora na cidade de Pentecoste-Ce, a pesquisa e as entrevistas foram focadas na cidade de Redenção-Ce.

Afinal, como já falei, e repetirei mais uma vez: esta história não é um caso à parte. Representa a vida de muitas famílias brasileiras, população esta desprovida, e que há algum tempo está conseguindo ser reparada por tantas percas. São mulheres carentes, que passaram ou passam muitas dificuldades financeiras, que vivem com um pouco que recebem do governo, muitas vezes por falta de oportunidade de conseguirem um emprego digno com todos os seus direitos garantidos. Algumas ainda conseguem fazer algumas atividades remuneradas, recebendo um valor irrisório, que mal dá para comprar o que comer e que não corresponde pelo trabalho prestado, como por exemplo fazer faxinas, lavar roupas, cuidar de crianças, fazer crochê, costurar, vender salgados de porta em porta, ser manicure, entre outros meios de vida.

Reconheço que a questão da autoafirmação ainda é um assunto a ser trabalhado na sociedade, afinal quando perguntava sobre sua cor, apesar de dar as opções utilizadas pelo censo, pude observar que muitas beneficiárias tiveram dificuldades de se autodeclararem, utilizando definições como morena, ao invés de negra ou parda. Afinal, estamos acostumados a ouvirmos que aqui no Ceará não existem negros, e muito menos em Redenção, que foi a primeira cidade a libertar os escravos aqui existentes em 1883. De fato a grande maioria se tornou moreno, talvez seja vergonha de serem relacionados com os escravos que aqui viveram.

Quando perguntei para as beneficiárias se as mesmas precisarão futuramente do benefício, as respostas dadas foram que “as coisas está difíceis, emprego está difícil”³², “Por aqui mesmo não tem emprego, se o prefeito cumprir com o que prometeu, trazendo fábricas para cá, para manter os jovens empregados, ai tudo bem”³³. Somente uma mulher afirmou-me que não necessitaria deste benefício mais, pois o mesmo estava lhe servindo para garantir o futuro dos seus filhos, através da faculdade paga por este dinheiro. Enquanto as demais afirmaram que tinham necessidade, já que a cidade não possui empregos assalariados suficientes para ao menos a metade de sua população ativa.

Todas beneficiárias afirmaram que suas vidas mudaram após a entrada no BF. Algumas afirmam que até mesmo suas relações com seus companheiros mudaram,

³² Simony (24), solteira, 1 filhos e ensino médio completo. Ver entrevista completa em anexo.

³³ Estela (44), divorciada, 2 filhos e ensino médio completo. Trecho adaptado para uma melhor compreensão. Ver entrevista completa em anexo.

pois não necessitavam mais diretamente dos mesmos financeiramente. Elas afirmam administrar bem esta quantia, comprando coisas tanto para dentro de casa, quanto para os filhos, como também para elas, pois nas entrevistas realizadas com os comerciantes, muitos afirmaram que estas mulheres hoje estão se preocupando também consigo mesmas. Como no exemplo da dona Antônia (46)³⁴, que o benefício serve para pagar a sua faculdade. Ela afirma que “no início eu gastava, comprando alguma coisa pros meus filhos, hoje eu gasto com a minha faculdade por que vou lá, recebo e completo”.

No caso dos comerciantes, muitos se contradiziam a respeito do BF, pois afirmaram que após a implantação do PBF as mulheres passaram a comprar, aumentando desta forma o movimento no comércio, pois como sabemos antigamente muitas destas mulheres eram impossibilitadas de efetuarem uma compra, afinal não possuíam renda nenhuma. Porém os mesmos afirmaram que em Redenção, em relação à pobreza e a fome, a cidade não mudou, que a pobreza não diminuiu. Como cresceu as vendas, se a pobreza (foco do Programa) continua na mesma, se quem passou a ganhar autonomia de consumo foram estas mulheres carentes? Percebo que devido à crise atual que está atingindo a todos os brasileiros, com a alta inflação, seja tomada como negativa para o Governo atual, impedindo que os comerciantes tirem o chapéu para o partido que a mais de uma década está no poder. Falo isso porque escutei várias críticas à atual presidenta e a seu partido. Em momento algum nas minhas perguntas se relacionava a política eleitoral, mas como o PBF está ligado diretamente ao atual governo, muitos comerciantes fizeram comentários neste sentido.

Uma comerciante chegou até a afirmar “que a marginalidade aumentou depois do Bolsa Família”. Esta resposta causa um grande impacto, pois se esta comerciante se reduz a olhar nesta perspectiva negativa, para as famílias beneficiárias, o BF mudou suas vidas. Segundo dona Estela (44) o programa abriu portas para seus filhos, dando-lhes oportunidade de concluir seu ensino médio e fazendo um curso, o qual ela afirma que não teria condições de pagar. Em suas palavras: “Rapaz eu acho um programa ótimo, graças a Deus e a ele, meu filho terminou o segundo grau

³⁴ Antônia, casada, 2 filhos e ensino superior incompleto. Mas informação ver entrevista completa em anexo.

completo, ele estudando na escola pública, fez o curso do e-jovem que é um ano e sete meses e que eu não teria condições de pagar, e por isso eu gosto, gosto, não tenho nada a reclamar não, pra mim foi ótimo.”

Sobre o tema pobreza, abordado na entrevista através de uma pergunta simples e direta, a grande maioria teve dificuldade de responder, pois como mostra este trecho, para umas pobreza se resume a bens materiais, a sujeira e a má organização “É pobreza, é aquelas pessoas que tem uma casa mais não toma de conta direito né? Vive na aquela pobreza, naquela miséria, e a casa toda suja, a casa toda desorganizada, não tem uma responsabilidade com nada, vive do pouco que tem, mais não tem responsabilidade com a casa, eu acho isso uma tristeza.”³⁵, “Pobreza, pobreza eu acho que é falta de coragem, porque a pessoa só é pobre quando quer, porque seja no que for, ela quiser trabalhar e ganhar, não dinheiro, mas mixaria ela ganha”³⁶.

Apesar de ter sido a minoria, dona Eliza³⁷, que acaba se encaixando tanto como comerciante quanto como beneficiária, nos trouxe com as mais belas e simples palavras o que de fato significa pobreza: “A pobreza eu acho que é isso ai, você desejar algo que você não pode.” Em outras palavras, a privação da capacidade, como Salama e Destremau (2001) afirmam.

Para os comerciantes, a dificuldade de responder a esta pergunta também foi frequente. Mais uma vez, o que é pobreza se reduziu nas mesmas respostas que as beneficiárias disseram, como nas palavras de dona Ruthe³⁸ “Hoje em dia depois do BF, não existe mais ninguém pobre não, porque todo pobre hoje tem uma antena parabólica (tom alto e sarcástico), e tem um celular e uma tv, antigamente pra mim, antigamente pobreza era uma pessoa quando você chegava numa casa e nem uma televisão não tinha, nenhum celular”. Dona Eliza, que também é beneficiária, citada no exemplo acima, e dona Tereza³⁹ foram as exceções. Segundo dona Tereza “A pobreza para mim é realmente a pessoas que não tem conhecimento, que não teve estudo, não teve oportunidade e ficou naquela situação”. Situação esta que muitas

³⁵ Adriana (34), solteira, 1 filho e Ensino Médio Incompleto. Ver entrevista completa em anexo.

³⁶ Antônio (46), casada, 2 filhos e Ensino Superior Incompleto. Ver entrevista completa em anexo.

³⁷ Eliza (38), casada, 2 filhos, vendedora ambulante. Entrevistada como comerciante, a mesma também é beneficiária do BF.

³⁸ Ruthe (26), recepcionista, funerária.

³⁹ Tereza (23), vendedora, loja de móveis.

vezes impede de romper ciclos de dependências do Governo, como dona Adriana (34)⁴⁰ afirma “Porque se os governantes providenciasse muitas empresas pras cidades, teríamos que acabar com o BF, e iríamos todos trabalhar.”

Muitas beneficiárias exercem algum tipo de atividade. Uma delas relatou que no período das políticas se sacrificava o dia todo no sol, fazendo propaganda de políticos, diferentemente relatado na entrevista com uma comerciante, que afirma que as beneficiárias não querem mais dá um dia de serviço, se confiando no BF. Quase todas se viram como podem para ajudarem dentro de casa, mas somente uma afirmou que trabalha fora. Uma outra até relatou em sua entrevista, mas na hora do questionário pediu para colocar como dona de casa. Isso acontece porque todas estas mulheres tem medo de perder este benefício, como elas mesmo dizem, é pouquinho mas ajuda.

Entende-se por condicionalidade os compromissos assumidos e que devem ser cumpridos pela família beneficiária, na área de educação e saúde, para que a mesma possa continuar a receber o benefício. Através das entrevistas, percebi que as beneficiárias sabem de suas obrigações para se enquadrarem no programa. Segundo dona Estela (44) “A gente pode dar mais atenção pro meninos que estudava, pra ele frequentar a escola sem faltar. Aqui se os filhos não forem pra aula eles cortam mesmo, pra mim melhorou bastante”. Em sua fala, dona Estela se refere ao filho, que agora ela podia dar mais atenção para ele, exigindo que ele frequente a escola. O BF neste caso serve como estímulo para a família manter os filhos estudando. Já a comerciante Ruthe (26) não tem este olhar. Para ela: “dizem que se o menino tiver falta o BF é cortado, tudo mentira! É um medo que impõe pros pais, tem mãe que num tá nem ai se os menino vai”.

Segundo ao Ministério do Desenvolvimento Social⁴¹:

Se as famílias descumprirem as condicionalidades do BF, elas recebem advertência no primeiro registro do descumprimento; A partir da segunda ocorrência de descumprimento, a família fica sujeita as seguintes sanções: Bloqueio do benefício por um mês, no segundo registro de descumprimento; Suspensão do benefício por dois meses a partir do terceiro registro de descumprimento, e, reiteradamente, a partir da ocorrência de novos efeitos no benefício por descumprimento [...]. (MDS, 2014)

⁴⁰ Adriana (34), solteira, 1 filho e Ensino Médio Incompleto. Ver entrevista completa em anexo.

⁴¹ Retirado de: www.mds.gov.br/falemds/perguntas-frequentes/bolsafamilia/condicionalidades Acesso em: 27.07.2015

Nota-se nas entrevistas da maioria dos comerciantes preconceitos enraizados sobre o programa e sobre as beneficiárias. “Tem muita mulher que hoje em dia, engravida só pra pegar filho pra receber o Bolsa Escola”⁴², “porque tem mulher que dá cartão pro marido, o marido se for usuário de drogas, o cartão do Bolsa Escola vai ser especialmente pra ele”, “Atrapalha em tudo, da pessoa querer progredir na vida e criar sua própria independência”, entre outros dizeres do senso comum. O que mais impressiona é a reação das beneficiárias a respeito destes comentários, pois levamos para as mesmas, imagens retiradas da internet que reproduzem estes preconceitos existentes na grande maioria da população não beneficiária. Muitas não estavam cientes destas imagens, outras nem conseguiram interpretar direito, ou porque não sabiam ler ou porque eram analfabetas funcionais, que sabem ler mas não sabem interpretar. Quase todas afirmaram ficar muitas constrangidas, pois não se enquadram em nenhuma daquelas imagens, outras ficaram se perguntando quem havia feito aquela brincadeira de mal gosto. Nenhuma concorda com as imagens que mostrei. Porém, algumas afirmam que certos tipos de ações realmente acontecem, mas antes mesmo de eu perguntar se elas fazem isso, elas respondem que elas não, mas tem gente que faz mesmo. Em relação a afirmação da recepcionista Ruthe, dona Elizeuda (62)⁴³, afirma que seu marido “não sabe nem quanto eu recebo, ele não sabe quando é o dia, porque ele não me perguntada nada, sabe, ele trabalha”.

Mais uma vez a generalização não é bem-vinda, mostrarei a seguir, o quadro de informações coletadas nas entrevistas realizadas durante o Projeto de Pesquisa.

Quadro 3⁴⁴.

Escolaridade	Analfabeta: 1	Ensino fundamental incompleto: 3	Ensino fundamental completo: 1	Ensino médio incompleto: 2	Ensino médio completo: 2	Ensino superior incompleto: 1	Ensino superior completo: 0
Ocupação	Aposentada: 1	Carteira assinada: 1	Dona de casa: 3	Prestadora de serviço: 1	Trabalhadora rural: 4		

⁴² Trechos das entrevistas. Ver em anexo todas as entrevistas.

⁴³ Elizeuda (62), aposentada, 4 filhos, analfabeta.

⁴⁴ Quadro feito pela autora, referente aos dados encontrados através das entrevistas realizadas com as beneficiárias durante a execução do Projeto “E agora falamos nós: mulheres beneficiárias do Bolsa Família Redenção Ce”.

Cor	Preta: 2	Parda: 3	Branca: 0	Outra definição: 5			
Estado civil	Casada/junta: 6	Divorciada: 1	Solteira: 2	Viúva: 1			
Filhos	1 filho: 3	2 filhos: 5	3 filhos: 1	Acima de 3 filhos: 1			

(Fonte: Entrevista realizadas pelo projeto, quadro feito pela autora)

Neste quadro, pode-se observar mais uma vez, que o senso crítico não está com a razão, pois segundo as afirmações acima, as mulheres beneficiárias só pensam em engravidar para ganharem mais dinheiro, e no quadro, como notamos, só existe um beneficiária que tem acima de 3 filhos, e na grande maioria, estas mulheres tem em média 2 filhos. E esta mesma beneficiária que tem mais de 3 filhos, como pode-se notar em sua entrevista que está em anexo, é uma aposentada, tem 65 anos e é analfabeta.

Para finalizar, de modo em geral tanto as beneficiárias quanto os comerciantes entendem que o Bolsa Família é uma ajuda do governo, e que veio ajudar as famílias carentes. Para as beneficiárias este dinheiro foi a sua primeira renda, para os comerciantes este dinheiro impulsionou as vendas e aumentou os lucros.

3.3 As mudanças ocorridas nas vidas destas mulheres (conquistas, autonomia e relatos de mudanças ocorridas após o BF)

Ao longo do capítulo, mostra-se constantemente exemplos de vidas das beneficiárias, exemplos estes de superação e transformação do seu lar. E isso aconteceu após serem inseridas no PBF. Mas estas mudanças não se restringiram somente ao ambiente do lar, mas também ao corpo destas mulheres. Dona Joana (52) nos conta qual a sensação ao receber aquele dinheiro: “ele me serve muito, mudou muito mesmo porque quando eu recebo o que eu preciso eu já vou comprar com aquele dinheiro que eu recebo”, a mesma não precisa esperar pelo seu marido ir comprar, até porque como ela nos relata, o seu companheiro está sem trabalhar por problemas de saúde.

Significa dizer que dona Joana não é mais tão dependente do seu marido como era antigamente, já que afirma que ao receber o benefício, vai logo comprar o que

está querendo. E quando perguntei a ela se o BF trouxe alguma mudança na relação da sua família, por exemplo, com o seu marido, ela me respondeu: “mudou, porque assim, as vezes a gente tendo o dinheirinho da gente, a gente compra umas coisinhas pra gente né, sem precisar as vezes do homem né também.”

Ouvimos de alguns comerciantes que hoje estas mulheres ao se dirigirem para o seu estabelecimento, como por exemplo numa loja de roupas, as beneficiárias dificilmente procuram roupas para seus filhos e companheiro. Agora elas vão em busca de se satisfazerem, de uma realização pessoal. Com isso, nota-se que a mulher está neste momento voltada para si, em busca talvez de se satisfazer com o seu próprio corpo, para se sentirem melhor e mais confiantes de si mesma.

Afinal, quando se fala em autonomia, não significa somente a autonomia financeira, mas recai sobre outras dimensões de autonomia “aquelas relativas à família, ao trabalho, a capacidade de reagir em situações de violência assim como sobre a possibilidade de gerir sua própria vida, já que se encontram muitas vezes em situação de submissão, agravada pelo fato de serem mulheres pobres” (Cohn, 2013 apud Silveira, 2014, p.44). Sendo assim, estas mudanças mexeram moralmente e politicamente com estas mulheres. A experiência de uma renda regular para estas mulheres é muito nova, afinal a grande maioria afirmou que o BF foi a sua primeira renda fixa.

O dinheiro, cria, possibilita e produz, mesmo que em níveis mínimos a capacidade de escolha e de desejo das pessoas (Simmel, 1977 apud Campello e Neri, 2013, p.362), dando-lhes mais visibilidade e respeito, perante uma sociedade dominada pelo capitalismo, fazendo com que o ser humano sinta-se igual aos outros podendo decidir sobre sua própria vida. “Finalmente, libera os indivíduos dos vínculos pessoais de dependência econômica (da sua família ou de outras pessoas).” (Simmel, 1977 apud Campello e Neri, 2013, p.362).

A mudança que o programa possibilita para estas mulheres se dá justamente pela renda regular, que possibilita que as mesmas possam libertar-se das situações de opressão, violência familiar e dependência total do seu companheiro. Dona Bruna⁴⁵

⁴⁵ Bruna (30), união consensual, 2 filhos, Ensino Fundamental Completo, copeira e se autodeclara como morena clara. Ver entrevista completa em anexo.

(30) nos mostra claramente as mudanças ocorridas em sua vida graças a renda regular proporcionada pelo BF, segundo a mesma “Quando eu não tinha o bolsa família tinha que ficar pedindo tudo ao marido, depois do Bolsa Família eu tinha renda pra comprar um material escolar, uma farda já pra criança e alguma comida que ele gostasse.” (Bruna (30), Redenção). “Com a mudança de tais condições, mudam as possibilidades de tornarem-se mais livres e autônomas”. (Campello e Neri, 2013, p.363) Vale ressaltar, que este processo é lento e “demora certo tempo para que revelem as alterações mais complexas, em especial, as referentes a decisões de ordem moral, como separações conjugais ou o desejo de fazê-las” (Campello e Neri, 2013, p.360), mas que a cada dia tem aumentado o número de denúncia contra os ex-companheiros por partes destas mulheres.

A denúncia muitas vezes é a forma mais segura de rompimento de um relacionamento, já que dificilmente o homem aceita por livre e espontânea vontade o fim da união consensual, e parte logo para a agressão e maus tratos, fazendo com que muitas mulheres tenham que buscar ajuda em busca da sobrevivência, pois a maior parte de violência contra as mulheres está dentro de suas próprias casas. Segundo a SPM, as denúncias feitas no 180, são na grande maioria, mulheres negras, casadas e com o ensino médio incompleto. A partir da vigência da Lei Maria da Penha até o ano de 2014, mais de 86% das mulheres começaram a denunciar os maus-tratos sofridos, segundo o Portal Brasil⁴⁶.

Nota-se que as mudanças foram diversas e que a todo o momento nas entrevistas, estas mulheres se referiam ao Programa como referência de tudo o que estavam acontecendo em suas vidas. Mas ainda há muito que ser feito, afinal o programa não assegura outros direitos sociais. Desta forma, elas continuam pobres e carentes de inúmeros direitos. Mas, se olharmos o exemplo da dona Ellen, citada ainda neste capítulo, a mesma rompeu com o ciclo da dependência do programa. Ela não é um caso à parte, como mostra o MDS a seguir:

É importante, porém ressaltar que mesmo sem um prazo específico para deixar o programa, 1, 7 milhão de pessoas já o deixou voluntariamente por terem conseguido superar a condição de insuficiência de renda, na maioria dos casos, graças ao empreendedorismo, que também possui estímulo dado pelo programa, com o acesso ao crédito (MDS, 2013 apud Silveira, 2014, p.50)

⁴⁶ Retirado de: www.brasil.gov.br Acesso em: 28.07.2015

Para conseguir romper com o ciclo de dependência do PBF, deve-se oferecerem novas oportunidades para estas famílias, através de cursos, palestras e incentivos por parte tanto dos órgãos públicos quanto dos órgãos privados, já que esta mão de obra irá ser inserida nestas esferas. E o tema emprego foi tocado várias vezes pelas próprias beneficiárias, já que as mesmas alegam que em seu município não possui trabalhos assalariados para os jovens. Então, como afirmam que estas famílias são preguiçosas ou vagabundas se de acordo com Medeiros, Britto e Soares (2007):

“Dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que pessoas que vivem em domicílios onde há beneficiários do Bolsa Família trabalham tanto ou mais que as outras pessoas com renda familiar *per capita* similar. Enquanto a taxa de participação no mercado de trabalho das pessoas em domicílios com beneficiários é de 73% para o primeiro décimo mais pobre da distribuição, 74% para o segundo e 76% para o terceiro, a mesma taxa é de 67%, 68% e 71%, respectivamente, para as pessoas que vivem em domicílios sem beneficiários. (Medeiros, Britto e Soares, 2007, p.79)

Fica-se evidente nestas informações, que a preguiça tanto apontada para os beneficiários é apenas mais um preconceito por parte do senso comum, e sem fundamentos empíricos. Pode-se observar nas entrevistas e no quadro anterior, que a grande maioria exerce um tipo de atividade, como a agricultura, que não é menos importante do que qualquer outra atividade. Afinal, trabalho braçal é tão cansativo quanto o trabalho intelectual, pois como sabemos, quase tudo nas pequenas lavouras é artesanal, as grandes máquinas são utilizadas apenas por grandes empresários. E estamos falando de pessoas carentes, sem renda alguma, que encontram na agricultura uma forma de subsistência. E a agricultura familiar ainda é muito forte nos interiores das grandes capitais.

Desta forma, muitas famílias vivem do pouco que a terra lhe oferece, através das plantações e colheitas, onde quase sempre o homem trabalha fora, para então botar o sustento dentro de casa e a mulher exerce a função de agricultora e dona de casa. Dona Elizangela (26) conhece bem esta realidade. Em sua entrevista, ela nos relatou que possui uma plantação de roçado, mas que quando aparece outra forma para ganhar dinheiro, ela faz, pois conclui sua fala afirmando que aqui na cidade não existe outro meio de vida, outras oportunidades para se ganhar dinheiro. Em suas palavras “tenho assim uma plantaçãozinha de roçado, uma besteirinha[...] eu vivo assim mais de um bicozinho que aparece, as vezes umas costurazinha que aparece[...] aqui não tem muita coisa pra fazer”. (Dona Elizangela (26), Redenção)

Em nenhum momento ouvi das beneficiárias que elas haviam deixado seus trabalhos para dependerem somente deste benefício. O que ouvi foi que a cidade de Redenção não possui empregos suficientes para os jovens, pois o único mercado que existe na cidade como emprego é nos comércios. Segundo as beneficiárias, o prefeito da cidade prometeu fábricas para Redenção, a fim de colaborar na economia local. Se isso um dia acontecer, elas agradecem, pois estas mulheres deixaram claro que preferem trabalhar do que receber esta “ajuda” do governo.

Como mulher reconheço que somos treinadas desde pequenas a servir ao homem. Nas tarefas de casa, o homem sempre é privilegiado em determinadas funções, e nossas mães, que já aprenderam com suas mães e assim sucessivamente, repassam todos os tipos de atividades que nós mulheres devemos fazer. Como por exemplo lavar, passar, cozinhar. Já os meninos, que não podem fazer nenhuma atividade citada, é proibido até mesmo de chorar, porque isso também é coisa para mulher.

Vivemos a todo momento sendo reprimidas, excluídas e rotuladas, por conta deste caráter cultural que foi embutido em nossas mentes, mas que pode ser desconstruído, assim como desconstruíram a forma naturalizada do tabagismo. Ora, quem não lembra como era o nosso país a menos de dez anos atrás? Em cada lugar que olhássemos existia uma pessoa com um cigarro na boca. Em restaurantes, em ônibus, nas igrejas, lojas, até mesmo nas instituições de ensino, mas isso foi desconstruído através de campanhas, debates, estudos, mídia e lei, entre outros meios que a sociedade pôde ter acesso.

E o que vemos hoje é uma sociedade altamente consciente, pois antigamente eram os incomodados que se retiravam, mas agora não, o incomodo é que deve se retirar até um local público e muitas vezes afastado da população. Afinal, ninguém é obrigado a fumar sem ao menos ser fumante, não é mesmo? E por que nós mulheres, somos obrigadas há tantos séculos a segurar toda a carga familiar, muitas vezes sozinhas, nas costas? Por que temos que agradar esta sociedade machista, exercendo funções a qual detestamos, como cozinhar por exemplo, dentro dos nossos próprios lares? Por que temos que casar e procriar, se o que queremos é independência e autonomia? Enfim, por que somos obrigadas a viver em um mundo a qual não é o nosso mundo, a fim de agradar na comunidade a qual moramos, sem poder beber, dançar, farrear, usar roupas curtas e decotadas? Afinal o corpo é nosso!

Lutamos para sermos vistas igualmente perante a sociedade, para que nossas roupas não seja justificativas de assédios e estupros. Para que possamos ganhar salários referentes ao trabalho prestado. Queremos dignidade e respeito, queremos espaço e reconhecimento. A inteligência de um ser humano flui através de contato com o meio, e hoje a mulher está tendo a oportunidade de conhecer outros espaços que não seja a cozinha de sua casa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar um Programa Social do Governo não é nada fácil, ainda mais quando se fala do Programa Bolsa Família, programa este que existe há mais de uma década. Desta forma, diversos pontos precisam ser trabalhados dentro deste contexto de políticas públicas, como por exemplo, pobreza e fome, consumo, mercado de trabalho e gênero, respectivamente explorados nesta monografia.

Ao tentar analisar estes assuntos, busquei situar melhor o leitor, para que ao chegar no assunto principal, o mesmo estivesse com uma bagagem teórica acerca do tema proposto.

Através do estudo “A Autonomia Financeira e Abertura do Mercado Econômico para as Mulheres Beneficiárias do Programa Bolsa Família na Cidade de Redenção/CE” pôde-se analisar os impactos sociais na esfera socioeconômica ocasionados pelo Programa Bolsa Família na cidade de Redenção/CE, através de entrevistas realizadas com as beneficiárias e os comerciantes locais, visando não somente a opinião das beneficiárias, aquelas que mais nos relatam mudanças em suas vidas, mas como também o ponto de vista dos comerciantes, a fim de responder o problema proposto pela autora: “até que ponto o programa Bolsa Família dá autonomia financeira a mulher e como reflete na economia local?”. Segundo os comerciantes locais, o número de mulheres consumidoras aumentou significativamente após a criação do programa, refletindo diretamente em suas vendas.

Com o objetivo de analisar as entrevistas realizadas, baseadas nas referências bibliográficas acerca do assunto proposto, nota-se que tanto as beneficiárias, quanto os comerciantes, conseguiram sentir mudanças sociais, seja individualmente, seja economicamente, seja socialmente, como a ruptura do ciclo de dependência total do companheiro por parte da mulher. Como algumas relataram, muitas vezes o

companheiro não sabe nem a cor do cartão, quanto mais utilizá-lo para beber por exemplo. Mas, fica evidente, que ainda hoje existem muitos preconceitos em relação ao PBF, partindo não somente dos não beneficiários, como os comerciantes, pois nas entrevistas, era comum algumas beneficiárias acharem absurdas as imagens utilizadas para mostrar os preconceitos existentes sobre o programa, que são divulgadas nas redes sociais, afirmando que aquelas imagens não as representavam, mas que porém, elas conheciam uma “fulana de tal” que representava aquela imagem.

Para as beneficiárias, todas nos afirmaram que se o prefeito local cumprir com o que prometeu, que é trazer fábricas para esta cidade, estas famílias não necessitarão mais deste benefício, ficando evidente que as mesmas ainda não conseguiram quebrar o ciclo de dependência do Governo, por falta de oportunidades e empregos. Mas, no ponto de vista de alguns comerciantes locais, emprego existe, o problema foi que a população ficou “preguiçosa” após terem se tornado beneficiária do BF. Ora, deve-se esclarecer que a fonte de renda do município ainda é a agricultura familiar e os canaviais. A cidade não possui estrutura e o governo local não possibilita capacitações para estas famílias. Os empregos aqui existentes são para trabalharem em casas de família, recebendo menos de meio salário mínimo por mês ou em mercantis, onde as vagas são altamente disputadas, dificultando cada vez mais, para estas mulheres, que na grande maioria das vezes não conseguiram concluir o ensino médio.

Atualmente vivemos alienados pela mídia, a ponto de não enxergamos o quanto que nossas vidas mudaram em relação a outros governos. Damos ouvidos a “boatos” e o que passam na televisão e em redes sociais, a ponto de esquecer o quanto nossas vidas mudaram para melhor financeiramente e até mesmo como ser humano, pois conseguimos de volta a nossa dignidade que há tempos nos tinham roubado. O Programa Bolsa Família foi um dos responsáveis, ou senão o maior responsável por estas mudanças.

Longe de concluir meus estudos sobre o assunto abordado, mas com o intuito de contribuir acerca do mesmo, carrego a certeza que o tema além de instigante possui um caráter relevante para a sociedade de modo geral.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AURELIO, dicionário. Disponível em <www.dicionariodoaurelio.com/sociedade>
Acesso em: 18.06.2015

BARBOSA, L. 1949- B199s **Sociedade de Consumo** / Livia Barbosa.- Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **Desigualdade e pobreza no Brasil**: retrato de uma estabilidade inaceitável. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 42, p. 123-142, 2000.

BICHIR, Renata Mirandola. **O Bolsa Família na berlinda? Os desafios atuais dos programas de transferência de renda**. NOVOS ESTUDOS, CEBRAP, 87, julho 2010 pp. 115-129.

BRASIL. Congresso Nacional. Lei Federal Brasileira. **Lei n.º 10.639/03 de 9 de janeiro de 2003. Dispõe sobre a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas de Ensino Fundamental e Médio. Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 jan. 2003. Disponível em: <www.afroeducacao.com.br>. Acesso em: 30 jul. 2015.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal Brasileira. Lei n.º 11.340 de 7 de agosto de 2006. Dispõe sobre a punição de agressões contra a mulher. Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 7 ago. 2006. Disponível em: <www.mariadapenha.org.br>. Acesso em: 11 jun. 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1998.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social**.

BRASIL. **Organização Internacional do Trabalho**, 1976.

DAMATTA, R. 1936- **O que faz o brasil, Brasil?** / Roberto DaMatta. – Rio de Janeiro: Rocco:1986.

DANTAS, D.; SILVA, F.; SILVA MARQUES, M. **A evolução da força feminina no mercado de trabalho, em funções que antigamente eram executadas exclusivamente pelos homens**, 2010, Maracá.

FELIPPE, Ana Maria. **Feminismo negro: mulheres negras e poder um enfoque contra-hegemônico sobre gênero**, 2009.

GONZALES, L. (1988). **Por Un Feminismo Afrolatinoamericano**. In **Isis Internacional & MUDAR – Mujeres por un Desarrollo Alternativo. Mujeres. crisis y movimiento. América Latina y el Caribe**. Ediciones de las Mujeres, 9.

IBGE, Censo demográfico do. Disponível em www.brasil.gov.br/educacao/2012/07/censo-2010-mostra-as-diferencas-entre-caracteristicas-gerais-da-populacao-brasileira Acesso em: 28.05.2015

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1960.

LAIA, M. **POLÍTICAS PÚBLICAS; ÉTNICO RACIAL E DE GÊNERO**. 1. ed. São Paulo: Coordenadoria dos Assuntos da População Negra, 2007- nº1 Cultura.

LAVINAS, L. **Pobreza e Exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática**. *Econômica*, v.4, n.1, p. 25-59, junho 2002.

MARX & ENGELS. **O Manifesto Comunista**. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1982.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. Transferência de renda no Brasil. **Revista Novos Estudos**, v. 79, p. 5-21, 2007.

MOCELIN, C.; FIALHO, M. **Pobreza rural e Bolsa Família: análises a partir da comunidade São João do Barro Preto no município de Júlio de Castilhos/RS**. Ponencia presentada al VIII Congreso Latinoamericano de Sociología Rural, Porto de Galinhas, 2010.

OIT. Organização Internacional do Trabalho / Fundação Ford. **La Exclusión Social en el Mercado de Trabajo**. El Caso Del Mercosur y Chile. Síntesis Ejecutiva. Santiago, 1999.

PROBST, Elisiana Renata. **A evolução da mulher no mercado de trabalho**. Revista Leonardo Pós, Órgão de Divulgação Científica e Cultural do Instituto Catarinense de Pós-graduação, 2003. Disponível em: <http://www.icpg.com.br/artigos/rev02-05.pdf>. Acesso em: 04.11.2015

RODRIGUES, Vera. **"E agora falamos nós: mulheres beneficiárias do Bolsa Família Redenção-CE"**. Projeto de Pesquisa Edital Chamada nº 24/2013 MCTI-CNPq/MDS-SAGI. Redenção, 2014.

REGO, W.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora UNESP, 2013.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho**. São Paulo: Moderna, 1978. (Coleção polêmica)

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **A Mulher na Sociedade de Classes: mito e realidade**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1979, p. 58.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O tamanho da Pobreza: Economia política da distribuição de renda**. Tradução: Heloísa Brambatti. Petrópolis: Garamond, 2001.

SILVEIRA, M. **A pobreza vem de longe: um estudo interdisciplinar sobre pobreza, preconceito e Programa Bolsa Família**. Redenção, 2014.

SOUZA, J. **A Parte de Baixo da Sociedade Brasileira**. Revista Interesse Nacional, v. 14, p. 33-41, 2011.

_____. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. — Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOBRAL, C. **Não vou mais lavar os pratos**. 2 ed. Coleção Oi Poema. Dulcina Editora: Brasília, 2011.

SPOSATI, A. **Exclusão social abaixo da linha do Equador**, 1998.

TEIXEIRA, E. **Políticas Públicas - O Papel das Políticas Públicas**, 2002.

WELZER-LANG, D. **A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia**. Tradução: Miriam Pillar Grossi, 2001.

SITES

SILVA, C. **A PEC das Domésticas, os grilhões e as madames**. 29 de março de 2013 <http://cidinhadasilva.blogspot.com.br/2013_03_01_archive.html> Acesso em: 30.07.2015

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO APLICADO COM AS BENEFICIÁRIAS DO
PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

**Roteiro de Entrevistas “Projeto: E agora falamos nós mulheres beneficiárias
do Bolsa família – Redenção/CE”**

Questionário Nº:

Data: |__|__||__|__| 2014

Entrevistadora:

Dia da semana: 1. Domingo 2. Segunda 3. Terça 4. Quarta 5. Quinta 6.
 Sexta 7. Sábado

Turno: 1. Manhã 2. Tarde **Tempo de entrevista:**

Cidade:

Serra:

I – LOCAL DA ENTREVISTA (assinalar com X)

Casa da Beneficiária

CRAS

CRM

Outro. Qual

II PERFIL DAS ENTREVISTADAS – DADOS PESSOAIS

Primeiro nome da entrevistada:

Idade:

2. Poderia me dizer qual a sua raça / cor?

1. Preta / negra 3. Branca 5. Indígena
2. Parda 4. Amarela

3. Onde nasceu?

4. Há quanto tempo vive aqui?

1. Há menos de 01 ano 4.
2. Entre 01 e 05 anos 5.
3. Entre 05 e 10 anos
4. Entre 10 e 20 anos
5. Mais de 20 anos

5. Qual o seu Estado Civil

1. Solteiro(a) 4. Viúvo(a)
2. Casado(a) 5. Divorciado (a)
3. União consensual / vive junto 6. Separado(a)

6. Quantos filhos a senhora tem?

7. Dessas religiões, quais a senhora frequenta com maior intensidade?

1. Católica
2. Evangélica
3. Umbanda
4. Candomblé
5. Espírita kardecista
6. Nenhuma
7. Outra. Qual? _____

8. Até que série foi à escola? (última série concluída)

1. Nunca frequentou (analfabeto)
2. Ensino Fundamental incompleto
3. Ensino Fundamental completo
4. Ensino Médio incompleto
5. Ensino Médio completo
6. Ensino Superior incompleto
7. Ensino Superior completo
8. Pós-Graduação

8. Ocupação Principal

1. Dona de casa
2. Trabalhadora Rural
3. Empregada Doméstica
4. Comerciária
5. Aposentada
6. Outra. Qual? _____

ROTEIRO DE QUESTÕES

- 1. Fale um pouco da sua história de vida:**

- 2. Vamos conversar agora sobre o Programa Bolsa Família:**
 - 2.1 Há quanto tempo a senhora é beneficiária do Programa Bolsa Família?**
 - 2.2 O que a senhora acha (pensa) sobre o Bolsa Família?**
 - 2.3 Sua vida mudou por causa do Bolsa Família? Como?**
 - 2.4 É a primeira vez que a senhora tem uma renda fixa? Um dinheiro que é seu?**
 - 2.5 Como a senhora administra (usa) esse dinheiro?**
 - 2.6 O que é “pobreza” para a senhora?**

- 3. Vamos conversar sobre a senhora e a sua família:**
 - 3.1 A senhora acha que nos próximos anos sua família ainda precisará do BF? Por quê?**
 - 3.2 O Bolsa Família trouxe alguma mudança na sua relação familiar? Com seu marido/companheiro?**
 - 3.3 O que a senhora espera para o seu futuro, filhos (as) e netos (os)?**

- 4. Vamos conversar sobre o que as pessoas comentam sobre o Bolsa Família e sobre as mulheres que são beneficiárias.**
 - 4.1 A senhora já ouviu alguma coisa que não gostou ou não concorda sobre o Bolsa Família? O que?**
 - 4.2 Vou lhe mostrar algumas frases e imagens que aparecem na mídia (televisão, jornal, internet). O que a senhora acha? Como se sente?**

- 5. E agora para terminar e agradecendo sua colaboração, qual a sua mensagem (recado) para outras mulheres beneficiárias do Bolsa Família?**

APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO COM OS COMERCIANTES LOCAIS**Questionário para aplicar com os comerciantes****Data:****Turno:****Local:****Localidade:****Entrevistado:****Idade:****Tipo de comércio (mercantil, farmácia, feira e etc.):****Tempo de existência no local?**

1. O que o (a) senhor (a) sabe/pensa sobre o Programa Bolsa Família?
2. Quem é o seu maior público consumidor, homens ou mulheres?
3. O que as mulheres compram?
4. Quais os dias que aumenta o movimento em seu estabelecimento (se é no começo do mês, no final, no período de pagamento dos idosos – aposentadoria ou no BPF)?
5. O (a) senhor (a) consegue perceber alguma mudança econômica em seu estabelecimento após a criação do programa (se após o programa aumentou as vendas)?
6. Após a criação do programa, aumentou o público consumidor feminino?
7. Para finalizar, para o (a) senhor (a) o que significa pobreza? O (a) senhor (a) acha que este programa conseguiu mudar alguma coisa em seu município em relação a pobreza e fome?